

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Suelen Putzel da Silva

**A ameaça da mulher escritora:**

a censura aos livros feministas de Rose Marie Muraro durante a ditadura civil-militar  
Brasileira (1964-1985)

Porto Alegre

2022

SUELEN PUTZEL DA SILVA

**A ameaça da mulher escritora:**

a censura aos livros feministas de Rose Marie Muraro durante a ditadura civil-militar  
Brasileira (1964-1985)

Trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado durante o 2.º semestre de 2022 e apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

**Orientadora:** Profa. Me. Marlise Maria Giovanaz

Porto Alegre

2022

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Profa. Dra. Patrícia Pranke

## **FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Profa. Dra. Ana Maria de Moura

Vice Diretora: Profa. Dra. Vera Regina Schmitz

## **DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Chefe Substituto: Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

## **COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Coordenadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Dias

Coordenadora Substituta: Profa. Me. Helen Rose Flores de Flores

### **CIP - Catalogação na Publicação**

Silva, Suelen Putzel da  
A ameaça da mulher escritora: a censura aos livros  
feministas de Rose Marie Muraro durante a ditadura  
civil-militar Brasileira (1964-1985) / Suelen Putzel  
da Silva. -- 2022.  
63 f.  
Orientador: Marlise Maria Giovanaz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Rose Marie Muraro. 2. Feminismo. 3. Censura. 4.  
Ditadura civil-militar brasileira. 5. Biblioteconomia.  
I. Giovanaz, Marlise Maria, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705.

CEP: 90035-007

Tel.: (51) 3308.5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Suelen Putzel da Silva

### **A ameaça da mulher escritora:**

a censura aos livros feministas de Rose Marie Muraro durante a ditadura civil-militar Brasileira (1964-1985)

Trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado durante o 2.º semestre de 2022 e apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Profa. Me. Marlise Maria Giovanaz

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Me. Marlise Maria Giovanaz – UFRGS  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Carolina Gelmini de Faria – UFRGS  
Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Luis Fernando Herbert Massoni – UFRGS  
Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao meu companheiro Diego, que foi o primeiro a me incentivar a estudar, que me fez acreditar que eu era capaz de conseguir entrar na faculdade e me deu a maior força para seguir no curso apesar de todas as dificuldades que encontrei pelo caminho. Os dias não foram fáceis e agradeço imensamente por ter estado sempre aqui ao meu lado. Amo você por mil anos.

Agradeço também aos meus pais que nunca imaginaram que eu iria entrar na federal, pois eles achavam que era algo impossível para a nossa realidade e hoje serei a primeira da família a ser formada pela UFRGS. Amo vocês.

Agradeço também a universidade, pois no curso eu conheci uma das pessoas mais importantes da minha vida, que foi minha colega de curso Eduarda, minha companheira nos dias de luta. Mas que infelizmente não vai estar comigo na formatura. Te agradeço por também acreditar em mim e sempre me chamar de inteligente apesar de eu mesma nunca achar. Te amo.

Agradeço à minha orientadora, professora Marlise Giovanaz, que sempre tive admiração e desde o primeiro semestre falava que queria ela como orientadora. Obrigada por aceitar me orientar e acreditar que seria possível realizar um bom trabalho. Você é uma professora maravilhosa e sentirei saudades.

*Se te derem papel pautado,  
escreve de trás para frente.*

***Juan Ramón Jiménez***

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso abordou a censura a livros feministas da escritora Rose Marie Muraro durante o período da Ditadura civil-militar brasileira, ocorrida entre 1964 e 1985. O objetivo da pesquisa foi analisar as justificativas utilizadas pelos censores para a proibição da circulação dos livros da escritora. A metodologia utilizada foi de natureza básica com abordagem qualitativa e do tipo exploratória, utilizando o levantamento bibliográfico e também a análise documental dos atos de censura. A análise documental foi feita no site do Arquivo Nacional, os pareceres de censura foram pesquisados dentro do fundo de divisão de censura de diversões públicas, utilizando o período entre 1964 e 1985. A relação do tema com a biblioteconomia se dá através do acesso à informação negada no regime militar. Foi possível identificar nos resultados obtidos que um livro não poderia sequer mencionar sobre o sistema comunista, porque era considerado imoral ou estava fazendo propaganda comunista. Acredita-se que os censores não analisavam o contexto dos livros antes de vetarem de fato. Todo o escritor que tinha a coragem de abrir o pensamento da população sobre determinado assunto através de um livro foi considerado subversivo. Para o estado era melhor que o povo continuasse alienado, principalmente, as mulheres. Porque quando a mulher descobre que o papel dela não é de submissa, ela se transforma e luta para acabar com esses preconceitos. Haviam vários mecanismos que promoveram a censura aos livros de Rose Muraro. Nesse caso, os censores não queriam apenas vetar o livro de circulação dentro da Lei de Censura Prévia de 1970, como também queriam enquadrar dentro de uma lei mais severa como a Lei de Segurança Nacional de 1969, podendo com isso, prender a escritora. Dessa forma, percebe-se que tem muito a se debater sobre a censura no Brasil, apesar de estarmos vivendo em uma democracia o acesso à informação continua sendo atacado por meio de censura a livros ditos imorais e inapropriados, especialmente em escolas. Assim cabe aos bibliotecários e leitores estarem a par desse assunto e saberem agir quando necessário.

**Palavras-chaves:** rose marie muraro; feminismo; censura; ditadura civil-militar brasileira; biblioteconomia.

## ABSTRACT

This course conclusion work addressed the censorship of feminist books by the writer Rose Marie Muraro during the period of the Brazilian civil-military dictatorship, which took place between 1964 and 1985. The objective of the research was to analyze the justifications used by the censors for the prohibition of circulation of the writer's books. The methodology used was of a basic nature with a qualitative and exploratory approach, using the bibliographic survey and also the documentary analysis of the acts of censorship. The document analysis was carried out on the website of the National Archives, the censorship opinions were researched within the public entertainment censorship division fund, using the period between 1964 and 1985. The relationship between the theme and librarianship takes place through access to information denied in the military regime. It was possible to identify in the results obtained that a book could not even mention about the communist system, because it was considered immoral or was doing communist propaganda. It is believed that the censors did not analyze the context of the books before actually vetoing them. Any writer who had the courage to open the population's thinking on a given subject through a book was considered subversive. For the state it was better for the people to remain alienated, especially women. Because when a woman discovers that her role is not submissive, she transforms and fights to end these prejudices. There were several mechanisms that promoted the censorship of Rose Muraro's books. In this case, the censors not only wanted to veto the circulation book within the Prior Censorship Act of 1970, but also wanted to frame it within a more severe law such as the National Security Act of 1969, and with that, they could arrest the writer. In this way, it is clear that there is much to debate about censorship in Brazil, although we are living in a democracy, access to information continues to be attacked through censorship of so-called immoral and inappropriate books, especially in schools. Thus, it is up to librarians and readers to be aware of this issue and to know how to act when necessary.

**Keywords:** rose marie muraro; feminism; censorship; civil-military dictatorship; librarianship.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Os atos institucionais.....	18
Figura 2	Tabela de livros censurados.....	24
Figura 3	Capa do livro “Libertação sexual da mulher”.....	40
Figura 4	A contracapa do livro.....	42
Figura 5	A capa do livro “a mulher na construção do mundo futuro.....	44
Figura 6	Na contracapa do livro é mencionado a outra obra de Rose que foi censurada durante o regime militar, “automação e futuro do homem”.....	45
Figura 7	Primeiro Parecer de censura em 1972.....	46
Figura 8	Segundo parecer da censura (1976).....	47
Figura 9	A lei de segurança nacional (1976).....	48
Figura 10	O pedido de Rose.....	51

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 O regime militar e a caça aos “subversivos”</b>	<b>16</b>
2.1 A censura em nome da “moral e dos bons costumes”	19
<b>3 O movimento feminista no Brasil</b>	<b>26</b>
<b>4 Uma mulher impossível</b>	<b>36</b>
4.1 Rose Muraro e a censura	39
4.1.1 Liberação Sexual da mulher	40
4.1.2 A mulher na construção do mundo futuro	44
4.2 Os pareceres e suas justificativas	46
<b>5 Para que não se esqueça; Para que nunca mais aconteça</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propôs investigar a censura de dois livros da escritora Rose Marie Muraro no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), o tema é relevante e representa uma das tendências dos estudos sobre memória na Ciências da Informação. De acordo com Carneiro (2002), a história da censura no Brasil não é recente e também está longe do fim, constituindo um problema histórico do país. Ao longo da história aconteceram vários episódios de censura e repressão a livros e pessoas. As justificativas não variam muito: às vezes a censura ocorre por conta de uma ameaça à fé cristã, outras por conta de ideologias subversivas e também por conta de uma "segurança de estado". Em pleno século XXI, pensamentos como estes citados acima ainda assombram a sociedade brasileira. Apenas o nome para tais atos foi modificado, porém o significado segue sendo o mesmo: censurar qualquer objeto que foge à ordem imposta pelo estado.

Atualmente o país vem sofrendo com a censura apesar de vivermos em uma democracia. Em 2019, diversos livros infantis sofreram censura por parte de figuras políticas conservadoras. Os temas censurados são parecidos com o estudo aqui feito, sobre sexualidade e comunismo. Um dos livros censurados em 2019, foi o romance do título "Vingadores, a cruzada das crianças" dos escritores Allan Heinberg e Jim Cheung. A obra foi censurada pois contava com uma imagem de dois homens se beijando, e para os conservadores isso era inadmissível para uma criança ver. O ato de censura foi proposto pelo prefeito Marcelo Crivella. E é possível perceber que esse ato é o reflexo dos filhos da ditadura, conservadores e preconceituosos, que ainda continuam ocupando cargos políticos no governo. Pois sabemos que se fosse uma imagem de uma mulher e um homem se beijando não iria gerar todo esse incômodo. Outro livro que também sofreu censura foi o do título "Meninos sem pátria", do escritor Luiz Puntel. Localizado no colégio católico "Santo Agostinho", o tema do livro foi considerado comunista e promovia um discurso "esquerdopata" e o autor queria apenas "doutrinar as crianças com ideologia comunista". Mais uma vez o estado querendo vetar as obras tidas como subversivas dos meios culturais, e os locais que mais sofreram com esses atos cruéis são as escolas. Outro caso mais recente que ocorreu de censura foi em 2021, onde 1.586 livros foram confiscados por uma comissão técnica da rede municipal de ensino.

Todos os exemplares do título “No Meu Corpo Mando Eu”, do autor Antonio Carlos Egypto, foram substituídos pelos exemplares de “o pequeno príncipe”. A obra tratava sobre o abuso sexual de crianças e de como elas mesmas poderiam se proteger de uma abordagem violenta. O livro continha imagens dos corpos de meninos e meninas e os locais onde as pessoas não poderiam tocar. A posição do autor sobre o veto do seu livro na rede escolar foi: "O que eles estão fazendo é impedindo que as crianças dessa idade sejam bem informadas quanto a uma questão básica, fundamental. É preciso uma mentalidade aberta, uma compreensão de que a gente não pode ficar fugindo do mundo, fazendo negacionismo de tudo. Mas para a comissão conservadora a obra era imprópria para as crianças e assim decidiram censurar o livro e trocá-lo por outro. Aquele era um livro super importante sobre abuso sexual e pedofilia, onde as famílias e as crianças poderiam aprenderem mais sobre o assunto e assim se previnirem, porém foram privadas novamente do acesso à informação como aconteceu há 58 anos através com o decorrer do golpe militar.

Segundo Carneiro (2002) muitas das pessoas que eram escritoras, e que pensavam diferente ou tinham ideologias que não estavam de acordo com os preceitos da Igreja foram presas, torturadas e assassinadas. Seus livros eram colocados na fogueira e queimados em praça pública, em nome de uma purificação social. Na inquisição<sup>1</sup>, além dos assassinatos de muitas pessoas inocentes, os escritores também eram caçados e acusados de serem hereges, bruxos, diabólicos e que eram um mal para a sociedade. Diante disso, eles utilizavam-se do fogo para queimar os livros, como uma forma de purificação da sociedade em nome da fé e da moral.

A queima de obras heréticas não foi uma prática característica apenas da inquisição medieval e moderna. Esta necessidade de “queimar” o perigo (travestido de diabo, herege, cristão-novo ou bruxa) repetiu-se nos séculos posteriores, transformando-se em rotina nos países regidos pelo totalitarismo e autoritarismo. Em nome da "segurança interna" ou "da preservação da raça e de uma cultura ariana pura"[...]" (CARNEIRO, 2002, p. 28)

---

<sup>1</sup> A Inquisição foi um tribunal criado na Idade Média para combater as pessoas denominadas como hereges. Esse tribunal era composto por seis cardeais denominado de “o santo ofício” esse grupo funcionava sob autoridade do Papa. As ações deste tribunal foram responsáveis por diversos assassinatos, principalmente, de mulheres, apenas por apresentarem ideologias que iam contra a Igreja. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/dicionario/palavra.php?id=73>>. Acesso em: 10 Jun. 2022.

Esse pensamento foi perpetuado para os séculos seguintes e consegue-se notar outro acontecimento semelhante à queima de livros da Idade Média<sup>2</sup> em pleno século XX. Conforme Carneiro (2002), na Alemanha dominada pelo governo nazista de Adolf Hitler, soldados alemães queimaram livros ditos “degenerados” na praça da Ópera em Berlim, com a presença de diversos civis, com a justificativa das obras serem uma ameaça à sociedade alemã — também para marcar o fim da República de Weimar e dar início à nova era nazista. Tudo isso para deixar um aviso para os civis alemães que aqueles livros eram “degenerados” e proibidos pelo governo e quem os detinha poderia acabar preso. Inclusive nessa mesma época (1940-50), no Estado Novo comandado pelo Presidente Getúlio Vargas, episódios de censura já ocorriam no Brasil. Segundo Carneiro (2002) diversas obras foram censuradas em alguns estados brasileiros e a justificativa era de que esses livros tinham como temáticas assuntos relacionados ao anarquismo e comunismo.

Entrando no período de ditadura civil-militar brasileira – onde o governo foi extremamente autoritário, repressivo, violento e torturador – a censura estava presente em diversos meios culturais: livros, músicas, rádios, jornais, programas de TV, revistas eram alvos do governo ditatorial brasileiro. A justificativa para essa censura possui o mesmo significado das demais, apenas os nomes eram trocados, ela ocorria não por conta de uma purificação social, mas sim em nome da moral, dos bons costumes e também para “segurança nacional”. Livros ditos “subversivos” eram censurados e proibidos de circulação.

A destruição de um livro pelo DEOPS, criado em 1924, se processava em etapas distintas: em primeiro lugar proibia-se a sua circulação junto à sociedade (posse e leituras), seguida da ordem e do ato da apreensão. Confiscadas, as obras “suspeitas” eram relacionadas pelos investigadores que anexavam uma amostragem aos autos policiais. Dependendo da quantidade do material confiscado e com base em critérios aleatórios, elaborava-se uma longa listagem de títulos e autores, hoje documentos exemplares para conhecermos as práticas de leituras vigentes no nosso passado. (CARNEIRO, 2002, p. 23)

Dentre todos os livros censurados no regime militar, o destaque foi dado neste trabalho às obras da escritora pioneira no movimento feminista Rose Muraro e para isso foi preciso explicar como o movimento feminista surgiu no Brasil. Rose foi

---

<sup>2</sup> Segundo a cronologia histórica, a idade média foi um período entre a queda do império romano, em 476 d.c, até a tomada de Constantinopla, em 1453 d.c..

uma das principais intelectuais que disseminaram o pensamento feminista no Brasil entre os anos 70 e 80, sendo responsável por diversos livros importantes para se pensar a condição da mulher brasileira naquela época. Mas os seus atos geraram consequências desagradáveis para vida profissional e pessoal da autora. Além de ser uma ótima escritora, Rose também era uma ótima editora de livros, contribuindo assim por editar diversas obras importantes para a sociedade brasileira do século passado e contribuindo também na edição de livros desse século após a criação da editora Rosa dos Ventos. A relação que o feminismo tem com esse estudo foi que a temática entrava entre as mais censuradas do regime militar e uma das mais importantes, pois foi responsável por mudar a visão de muitas brasileiras e brasileiros da época.

No Brasil três opções se mostram viáveis para os grupos de esquerda: viver a repressão, agir clandestinamente ou partir para a guerrilha. Diante desse cenário e visto que os militares consideravam as feministas moral e politicamente perigosas, as suas manifestações vão se instituir em resistência à ditadura a partir de 1970. (SANTIN, 2019, p. 39)

A relação do tema com a biblioteconomia se dá através do acesso à informação negada no regime militar e o que essa privação ocasionou nas gerações seguintes, e também para verificarmos como lidar com esse assunto nos dias atuais no ambiente de trabalho. Os bibliotecários trabalham com o incentivo à leitura e o acesso à informação para todos independente de sua posição política ou ideologias. Para que isso funcione é necessário se posicionar mediante tamanho absurdo e também ter o conhecimento de como a censura funcionou.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar as justificativas utilizadas pelos censores da ditadura civil-militar brasileira para a proibição da circulação dos livros feministas da autora Rose Marie Muraro. Os objetivos específicos foram: a) Identificar como ocorreu a censura às obras feministas durante a ditadura; b) Pesquisar os atos legais que promoveram a censura e a documentação específica relativa à autora; c) Refletir sobre o surgimento do feminismo no Brasil e seu papel durante a ditadura civil-militar.

A justificativa para a escolha do tema para realização do TCC, socialmente, diz respeito à importância dos livros feministas para as mulheres daquela época. Onde tudo era proibido e subversivo, encontrar amparo em um livro bom era um

alento. Os livros da escritora Rose Marie tratavam sobre a libertação da mulher de todas as formas e foi exatamente isso que fez com que o regime militar tivesse medo. Conheci os livros da escritora através de minha orientadora e por me identificar como uma mulher feminista, os livros de Rose me despertaram muita curiosidade e vontade de entender o porque eles teriam sido vetados de circulação.

Como leitora, compreendo o quanto o acesso à informação é importante para entendermos a história do mundo, mas, infelizmente, nem sempre tive esse pensamento e me dei conta dessa importância muito tardiamente. Sendo assim, o acesso aos livros com temáticas que nos fazem pensar sobre o nosso papel na sociedade é fundamental e muito necessário para nós mulheres, principalmente, as que são de classes periféricas. Nesse caso, penso que a proibição da circulação de livros feministas durante o regime militar foi tenebroso para aquelas mulheres, por ter tirado delas o direito ao autoconhecimento. Trazendo os efeitos da censura para a atualidade, como uma forma também de entender o peso dessas ações, as muitas mulheres que não tiveram o acesso aos livros sobre feminismo no século XX, conseqüentemente, não tiveram a oportunidade de passar o valor e tudo o que o movimento conquistou na sua trajetória histórica para as gerações futuras.

O curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem na sua grade curricular matérias focadas principalmente nos assuntos técnicos da profissão, deixando de lado questões importantes que deveriam ser tratadas no curso. Como, por exemplo, a história, o acesso e a disseminação do livro pelo mundo. O episódio de censura aos livros na ditadura é uma abordagem fundamental para que nós alunos do curso tenhamos ciência de que isso ocorreu e ainda ocorrem nos dias atuais. O estudo sobre esses fatos nos daria uma oportunidade de fazer diferente, para que quando formos bibliotecários tenhamos conhecimento e voz para que isso não ocorra dentro das bibliotecas onde trabalharemos. Sobre questões relacionadas ao feminismo (assim como, temáticas étnico-raciais, classes sociais, sexualidade e gêneros) é interessante que temáticas como essas sejam tratadas dentro do curso de Biblioteconomia.

A metodologia que foi utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi de natureza básica, a qual teve como foco o objetivo de gerar conhecimentos novos, como no caso da listagem das obras feministas censuradas da escritora Rose Marie

Muraro. O tipo de abordagem da pesquisa foi exploratória, utilizando o levantamento bibliográfico para realizar a análise das obras dos autores citados nos referenciais teóricos e também foi realizada a análise documental. A análise documental foi feita no site do Arquivo Nacional, onde os pareceres de censura foram pesquisados dentro do fundo de divisão de censura de diversões públicas, utilizando o período entre 1964 e 1985.

A ênfase se deu na utilização de abordagem qualitativa a qual nos ajuda a entender o porquê houve uma censura aos livros durante a ditadura civil-militar brasileira. Ela nos ajuda a descrever melhor os acontecimentos da época, e também compreender as “justificativas” dos fatos ocorridos, para que no fim possamos explicar quais foram as consequências para tais atos.

Por fim, após essa introdução do que se trata a pesquisa, será apresentado o que contém cada seção do projeto. A seção 2 traz uma breve introdução sobre a ditadura civil-militar no Brasil. A subseção 2.1 discute sobre os percursos da censura no mundo. A seção 3 trata sobre a história do movimento feminista no Brasil. Na seção 4 foi apresentado um pouco da trajetória da escritora Rose Marie e a sua relação com o feminismo. Nas subseções 4.1 e 4.2 serão analisados os livros censurados da autora durante o regime militar, os pareceres dos censores e as justificativas para os vetos. Por fim, na seção 5 foi apresentado as conclusões finais do trabalho.

## **2 O regime militar e a caça aos “subversivos”**

A ditadura civil-militar no Brasil foi o período no qual generais do exército estiveram à frente do governo do país de forma autoritária e repressiva contra seus opositores durante 21 anos (1964-1985). No entanto, para entendermos o processo que levou a isso é preciso compreender primeiro o contexto mundial da época. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o mundo entrava na chamada “Guerra Fria”, um conflito ideológico que separava o mundo em dois blocos. São eles: o bloco capitalista, representado pelos Estados Unidos da América (EUA), e o bloco comunista, representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa separação levou ao mundo uma grande polarização da sociedade, com isso, inúmeros conflitos internos em países de vários continentes.

[...] os anos posteriores à guerra foram de grande efervescência cultural e de recrudescimento das lutas populares em todos os países. A revolução boliviana, em 1945, e a revolução guatemalteca, em 1954, prenunciava as reivindicações populares por reformas sociais e o agravamento da luta de classes. E por fim, a revolução cubana, em 1959, revelou as potencialidades anticapitalistas dos movimentos sociais latino-americanos e transportou o conflituoso contexto ideológico internacional para a América Latina. (GUAZZELLI; MIX; WASSERMAN, 2004, p. 30)

Conforme Chaffe (2009, p. 15) “O resultado de todas essas precauções foi uma sucessão de golpes de Estado que destituíram do poder os governos estabelecidos, substituindo-os por formas de governo totalitárias e em sintonia com a política capitalista norte-americana.” Na América Latina, para frear o avanço de ideais socialistas/comunistas, diversas ditaduras militares foram instauradas de forma autoritária e repressiva para garantir a continuidade de governos e políticas capitalistas nos países latinos. Apoiado pela grande potência estadunidense – que visava manter sua hegemonia – países do cone sul americano como Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Brasil tiveram seu processo de desenvolvimento democrático, através de medidas de cunho social que iam se desenvolvendo tímida e lentamente, interrompidos de maneira repressiva, desumana e antidemocrática.

No Brasil, o processo que culminou no golpe de 1964 dado pelos militares foi algo que se construiu nos anos anteriores. Desde 1954, setores militares criaram projetos de governos visando à tomada de poder do país, devido à instabilidade

política e econômica e avanços em tentativas de reformas sociais. Após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, o seu vice, João Goulart, assumiu o país. Essa figura representava, para os militares e para os conservadores, uma grande ameaça para o governo, pois havia nele uma tendência aos ideais socialistas/comunistas, segundo os militares e apoiadores – mesmo não tendo declarado abertamente sua tendência de esquerda e não sendo umas das figuras mais aclamadas por organizações sociais e políticas de esquerda. Mas, para os militares ficou claro que João Goulart queria transformar o Brasil em um país comunista. Isso devido às tímidas reformas sociais que ele propunha para combater a crise que o país estava e pelo fato de que anos antes do golpe de 1964 ele havia homenageado Ernesto Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana de 1959 que acabou ajudando a transformar Cuba, antes dominado economicamente e politicamente pelos EUA, em um símbolo de resistência anti-capitalista na América Latina.

Esses ingredientes ideológicos sistematizados pelo exército brasileiro na escola superior de guerra tinham sua variação civil na atuação política e ideológica de empresários, intelectuais, setores da igreja e burocratas civis, aglutinados em torno do complexo IPES/IBAD, cujo papel foi decisivo na formação da opinião pública, especialmente as classes médias urbanas, a respeito do governo João Goulart. Com apoio financeiro de grandes empresários nacionais (70% das lideranças da FIESP faziam parte das organizações) e estrangeiros (Texaco, Shell, Coca-Cola, IBM, Esso, General Motors e outros), as duas organizações financiavam jornais de “grande imprensa” e revistas que se dispunham a fazer campanha anticomunista e a alimentar as críticas contra a política econômica de Goulart. Além disso, editavam livros e panfletos, realizavam palestras e conferências, patrocinavam programas de TV, e rádio, financiavam pesquisas e produziam filmes, cartuns, folhetos, etc. (GUAZZELLI; WASSERMAN, 2004, p. 33)

O regime militar no Brasil foi marcado por intenso cerceamento da liberdade e direitos da população, além de colaborar para uma sociedade cada vez mais longe da democracia. Através de atos institucionais, o governo criava medidas que iam cada vez mais tentando controlar a população e legitimando suas ações antidemocráticas e ditatoriais. Tais como: extinção de partidos opositores, criação de órgãos estatais que tinham como objetivo reprimir a população que se levantava contra o regime. Porém, a resistência ao regime foi grande e intensa durante os 21 anos. Diversas organizações sociais, estudantis e políticas, buscavam denunciar os abusos do regime aos direitos humanos da população que eram duramente reprimidos. Durante o período, inúmeras pessoas que combatiam o regime foram

perseguidas, exiladas e mortas através de táticas de tortura. Esses eram um dos tantos métodos que eram usados para "combater o comunismo" e "salvar a democracia" do país. Durante a vigência do regime militar foram instaurados diversos atos institucionais, segue abaixo os mais importantes:

**Figura 1 – Os atos institucionais**

<b>Atos institucionais criados durante o regime militar</b>	
<b>AI. 1</b>	Criado em 1964, o AI 1, modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos.
<b>AI. 2</b>	Criado em 1965, Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes.
<b>AI. 3 E 4</b>	Criado em 1966, dispõe sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permite que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exerçam o cargo de Prefeito de capital de Estado.
<b>AI. 5</b>	Criado em 1968, Suspende a garantia do habeas corpus para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Atos Institucionais (BRASIL, 1964, documento eletrônico)

Desses 5 atos institucionais descritos acima, o mais rigoroso foi AI 5, pois após sua implementação iniciaram os chamados "anos de chumbo". Os primeiros anos após o golpe militar não foram tão repressivos e violentos – se compararmos

ao que veio em seguida – e, por conta disso, o período entre 1964-68 foi denominado como a ditadura “envergonhada”, mas após o AI 5, tudo piora drasticamente, inicia-se a ditadura escancarada, os anos de chumbo. A partir do ano de 1969, após a decretação do AI 5, ocorreram cassações em massa, controle excessivo dos movimentos operários e estudantis, penas de morte, prisões perpétuas, sequestros, torturas e assassinatos de guerrilheiros, censura à imprensa e aos artistas. Em suma, algumas pessoas não tinham liberdade de transitarem na rua por representarem uma certa ameaça à ordem e muitas delas tiveram que abandonar o país, seja por receio de alguma repressão ou para se distanciar da realidade coercitiva brasileira. É importante deixar esclarecido que o golpe de 1964 não foi um ato apenas dos militares, mas também da sociedade civil: as classes financeiramente mais abastadas, os conservadores, a igreja, a imprensa (em especial a Rede Globo).

### 2.1 A censura em nome da “moral e dos bons costumes”

A censura, empregada no regime ditatorial, negou a liberdade de expressão e restringiu o acesso à informação, anulando o direito de informar, de informar-se e de ser informado. (LIMA, 2016, p. 15)

A censura era vista como um crime político, e para conceituar o termo censura a autora Carneiro (2002) apresenta quatro tipos de censura, as quais são: censura exógena (ligada ao Estado), autocensura, censura preventiva e censura punitiva (sendo que uma não descarta a outra). Observa-se que nesse contexto estamos lidando com a censura exógena realizada pelo governo. Do mesmo modo, Otero (2003) apresenta duas formas de censura: a censura prévia e a censura repressiva. A censura prévia é aplicada antes mesmo da publicação da obra e a repressiva é aplicada depois da publicação. A autora também aponta os três níveis de censura: 1. controle na produção das mensagens. 2. controle dos meios ou canais de difusão das mensagens. 3. controle dos profissionais que operacionalizam o sistema produtor de mensagens. No Brasil ocorreram as duas formas de censura citadas por Otero (2003) e também ocorreram os três níveis de censura, pois havia muitos censurados dentro dos meios de comunicação e assim eles controlavam os meios de produção e difusão dos meios de comunicação de informação.

A história sobre a censura dos livros iniciou na Idade Média na Europa, mais especificamente, após a criação do Santo ofício em 1468 - O qual era uma instituição da igreja que era como "juízes" e tinha por principal objetivo punir hereges. Tudo e todos que eram considerados um mau para a sociedade foram severamente punidos de alguma forma, Conforme Carneiro (2002), foi através do fogo que a inquisição eliminou os "pecadores" e suas obras, pois não bastava apenas levá-los presos, mas sim queimá-los "transformando o mal em cinzas".

Através do fogo destruíram-se, lentamente, os vivos e, até mesmo, os mortos cujos ossos foram desenterrados e incinerados em praça pública nos espetaculares autos-de-fé, verdadeiros rituais de purificação. E o fogo, naquele momento, expressava o conflito entre o bem e o mal interferindo na forma do cidadão interpretar a realidade. A queima pelo fogo restabelecia a ideia de uma sociedade purificada inocentando os "homens da inquisição", responsáveis pelo estabelecimento da ordem; enquanto que o culpado era sempre acusado pela crise da fé, pestes, terremotos, doenças e miséria social (CARNEIRO, 2002, p. 27)

Após esses relatos de censura durante a idade média, temos outros relatos parecidos ocorridos em pleno século XX, durante o regime totalitário de Adolf Hitler na Alemanha. Segundo Carneiro (2002), em maio de 1933, foram queimados mais de 200 quilos de obras na praça da ópera de Berlim na Alemanha nazista, como forma de simbolizar o fim da república de Weimar<sup>3</sup> e o surgimento de uma nova era. Nesse caso as obras eram apreendidas e destruídas em nome de uma "preservação da raça ariana" e também da "segurança interna", e os livros proibidos seguiam o "index nazista", a temática da maioria dos livros queimados era de cunho comunista. Conforme Silva (1989, p. 47, *apud* LIMA, 2016, p. 66) "a gênese da censura foi perseguir heréticos, "num mundo mítico governado por deuses; não há processo, não há defesa, bastando, no máximo, a confissão do herético".

A censura no Brasil não ocorreu apenas nos regimes ditatoriais, pois ela vem de tempos. De acordo com Otero (2003), ela é um "pecado original" herança deixada pelos portugueses. Portugal sempre foi o berço da censura, o país da Europa onde mais censurou livros durante a sua história, e essa herança foi trazida para a colônia brasileira e durante o império relatos de censura já ocorriam pelo

---

<sup>3</sup> A República de Weimar foi estabelecida na Alemanha após a primeira guerra mundial e que durou até ao início do regime nazista em 1933. Seu sistema de governo foi uma democracia representativa semipresidencial. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/republica-weimar.htm>>. Acesso em: 05 Set. 2022.

país, até antes mesmo do surgimento da imprensa brasileira – a qual teve que ser criada fora do país, na Inglaterra século XIX – a censura já ocorria.

Conforme Otero (2003), os anos de 1922, 1930, 1937, 1945 e 1964, são os principais períodos onde a liberdade de expressão corria risco e também onde muitos livros foram confiscados. Fazendo jus à tradição conservadora e censuradora dos portugueses na implementação da república no Brasil, a censura voltou com mais força no governo de Getúlio Vargas. De acordo com Otero (2003), a censura foi exercida oficialmente a partir do governo de Artur Bernardes (1922-26), onde ocorreram perseguições aos anarquistas e todos que produziam obras com essa temática foram presos e seus livros confiscados pelo estado. De acordo com Carneiro (2002, p. 23), “a destruição de um livro pelo DEOPS, criado em 1924, se processava em etapas distintas: em primeiro lugar proibia-se a sua circulação junto à sociedade (posse e leitura), seguida da ordem e do ato de apreensão.” Nesse período foi criado o Departamento Estadual de Ordem Política e Social, conhecido como DOPS. Criado com o objetivo de prevenir e combater crimes de ordem política e social que colocassem em risco a segurança do Estado e também para controlar os “subversivos” da república. Teve atuação de 1924 até o final do regime militar.

O DOPS, durante todo o seu período de atuação (1924-1983), foi responsável - juntamente com o DIP e Ministério da Educação e Saúde - por atos de saneamento ideológicos que nos revelam como se processava a lenta mutilação do saber. Alimentava-se atitudes de delação consideradas por muitos cidadãos como um “ato de fé”, crenças de estarem servindo a nação em nome da segurança nacional. E tanto os repressores como os revolucionários, sempre tiveram consciência da força da palavra, pois era através do discurso oral, escrito ou imagético que as ideias circulavam seduzindo, reelaborando valores e gerando novas atitudes. (CARNEIRO, 2002, p. 48)

Nos anos 1930 no governo de Vargas não foi diferente, muitas pessoas foram perseguidas e acusadas de subversivas e qualquer obra de cunho comunista/anarquista era apreendida e destruída. As crescentes tensões de 1935, após a intentona comunista<sup>4</sup>, geraram um medo por parte do estado brasileiro e por

---

<sup>4</sup> A Intentona Comunista ocorreu em 1935, foi uma revolta armada planejada pelos comunistas, tinha como objetivo derrubar Vargas do poder. Teve como líder Luís Carlos Prestes e teve a participação de Olga Benário. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/intentona-comunista.htm#:~:text=A%20Intentona%20Comunista%20foi%20um%20levante%20armado%20organizado%20pelos%20comunistas,foi%20derrotada%20pelas%20tropas%20federais>. Acesso em: 05 Set. 2022.

conta disso, foi criado em abril de 1935-1953 a Lei de Segurança Nacional, estabelecendo o estado de sítio e a censura à imprensa.

As restrições eram quase todas voltadas para jornais, sendo os livros pouco atingidos. As restrições ao comércio livreiro começaram quando da criação do Tribunal de Segurança Nacional (11/09/36), onde editores se viram perseguidos por dois lados: a polícia apreendia livros considerados comunistas e, ao mesmo tempo, confiscava livros de conteúdo integralista. (OTERO, 2003, p. 41)

Após o Estado Novo de Vargas, a censura só se intensificou. Os principais públicos perseguidos foram: escritores, professores, editores, jornalistas, tipógrafos e intelectuais. E os locais visados pelo estado eram as livrarias, as gráficas e as editoras. Nesse período, a maioria dos livros censurados eram de cunho comunista, até mesmo livros de capa vermelha eram censurados. Dessa forma, muitos livros entravam no Brasil por meio de contrabandos, por conta disso, as obras levavam algum tempo para chegar no local de destino, pois era necessário circularem por vários estados, despistando os censuradores e para conter essas circulações proibidas, o estado censurou até mesmo os correios, a qual ficou conhecida como a censura “postal”. Havia também os locais usados para circulação de livros proibidos, que eram cafés, farmácia, bares, etc. A principal forma de denúncia dos livros que foram proibidos, foram por parte de civis alienados.

Após o fim do governo de Vargas, ocorreu também uma pausa na proibição de livros, mas mesmo assim o estado ainda estava com um grande medo dos comunistas e dos subversivos. Segundo Reimão (2019), já em 1961, o presidente Jânio Quadros concedeu aos estados o direito de exercer a censura aos meios de comunicação e por conta disso tinham alguns estados que exerciam a censura sobre alguns filmes e outros não exerciam, gerando alguns conflitos internos. Com isso, nota-se que a censura não estava restrita apenas a governos autoritários e ditaduras como comentado anteriormente.

Logo após o golpe de 64, não ocorreu uma estruturação de um sistema de censura aos meios de comunicação. Mas Segundo Reimão (2019), nos primeiros anos de ditadura alguns grupos terroristas de extrema direita realizavam vandalismos em editoras e livrarias com o intuito de acabar com obras de cunho comunista. Conforme Reimão (2019, p. 24), “Em 1968, o terrorismo de direita provocou, 17 atentados, 14 explosões e um assalto a banco. Editoras e livrarias

estavam entre os alvos”. Logo após a decretação do AI-5 a censura prévia inicia contra os meios de comunicação e produção cultural, permanecendo por 10 anos.

Duas grandes manifestações públicas contra as arbitrariedades do regime militar ocorridas no Rio de Janeiro antecederam a decretação do AI-5: a manifestação contra cultura, em fevereiro de 1968, que reuniu membros da classe teatral para manifestar sua indignação contra a proibição da encenação de oito peças e, alguns meses mais tarde, aquela que ficou conhecida como “a passeata dos cem mil”, em 26 de junho 1968. (REIMÃO, 2019, p. 25)

Já em 1970 foi criado o decreto-lei 1077/70 que estabelecia a censura prévia aos livros, conforme Reimão (2019, p. 29), seguem abaixo os artigos deste ato:

**Art. 1º** - Não serão toleradas as publicações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

**Art. 3º** - Verificada a existência da matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o ministério da justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e apreensão de todos os seus exemplares.

**Art. 5º** - A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente de responsabilidade criminal.

Desse modo, a partir dessa lei todas as obras deveriam ser encaminhadas para o ministério da justiça para averiguação antes da sua publicação. Quaisquer livros com temáticas que ferissem a moralidade e os bons costumes foram proibidos. Os temas mais visados da ditadura foram sobre sexualidade/eróticos e políticos. Os principais meios dos censores descobrirem um livro “subversivo” foram por meio de denúncias feitas para o Ministério Público, dos próprios cidadãos que por conta do conservadorismo e pelo “amor” à pátria ou muitos eram apenas alienados, acabaram denunciando as obras e até mesmo os seus autores. Após o livro cair nas mãos dos censuradores, era lido e emitido um parecer sobre aquela obra, e depois ficava a cargo do ministério aprovar a proibição ou não, e em seguida, a obra era encaminhada para a polícia federal que apreendia todos os exemplares que estavam à venda.

Por conta disso, ocorrem diversas reações adversas vinda de escritores, editores e intelectuais contra essa lei. Na liderança da oposição ao governo estavam Jorge Amado e Érico Veríssimo, que declararam abertamente que não iriam encaminhar seus livros ao ministério para serem avaliados, e se tivesse que fazer isso por obrigação, só iriam publicar suas obras no exterior e não no Brasil. Após

toda essa revolta dos intelectuais, o governo decidiu recuar um pouco na sua decisão, e em 24 de fevereiro publicou a portaria 11-B, a qual informava que estavam insetas de verificação prévia as obras com caráter “filosófico, científico, técnico e didático”, ou seja, se o livro não falava sobre sexo e política ele não era vetado. Mas é importante deixar claro que quem decidia se o livro era imoral e feria os bons costumes, no fim era apenas os censores e eles tinham total liberdade de acharem e dedicarem o que quisessem. Por conta disso, livros que não falavam sobre sexo e política também acabavam por serem vetados. Entretanto, apesar disso esse momento foi um avanço democrático para os escritores e intelectuais daquele período.

**Figura 2 – Quadro de livros censurados**

FUNDO DCDP, SEÇÃO CENSURA PRÉVIA, SÉRIE PUBLICAÇÕES						
Ano	Livros submetidos	Livros vetados		Revistas submetidas	Revistas vetadas	
		Número	Porcentagem		Número	Porcentagem
1970	25	5	20%	1	1	*
1971	6	–	–	–	–	–
1972	16	2	12,5%	5	3	*
1973	11	4	36,3%	1	–	–
1974	20	1	55%	2	2	*
<u>1975</u>	<u>132</u>	109	<u>82%</u>	15	3	20%
1976	100	61	61%	42	3	7%
1977	49	30	61%	11	4	36%
1978	84	62	73%	8	2	25%
1979	47	38	80%	2	1	*
1980	–	–	–	4	4	*
1981	1	1	*	2	1	*
1982	1	–	–	3	3	*
1988	–	–	–	1	–	–

\* não calculamos o percentual devido ao reduzido tamanho do universo.

Fonte: Reimão (2019, p. 33)

Nota-se na tabela acima que os anos em que mais houve censura aos livros foram de 1975 a 1979, onde ocorreu um pico em 1975 em que 82% dos livros submetidos à censura foram de fato vetados e também em 1979 onde 80% dos livros submetidos foram vetados, nesse ano estava ocorrendo uma abertura lenta

rumo à democratização e também a anistia de presos políticos, mas ao mesmo tempo a censura estava cada vez mais pesada. Segundo Reimão (2019), o total de livros submetidos à censura foi de 492 e 140 deles eram de autores nacionais. Desses 140, 60 eram livros eróticos ou que falavam sobre sexualidade.

Durante o decreto da censura prévia, também ocorreram diversas contradições. Em 1970 durante o “milagre econômico” cresceu o número de edições de livros. Conforme Reimão (2019, p. 31), “Em 1972, o Brasil ultrapassou, pela primeira vez, a barreira de um livro por habitante ao ano. [...] a população era de 98 milhões de habitantes e foram produzidos 136 milhões de livros - 1,3 livro por habitante.” Entretanto, esses livros que estavam sendo produzidos e liberados pelo ministério, estavam direcionados aos intelectuais conservadores que apoiavam o golpe. De acordo com Leitão (2010, p. 121), “a simples distribuição de livros permitiu ao governo criar uma ilusão de política, uma impressão de que a informação estava oficialmente sendo disseminada” e “toda essa massa editorial alimentou as bibliotecas públicas”. Foram essas edições que fizeram parte da formação do pensamento da sociedade brasileira nas gerações seguintes. O fim da lei de censura prévia aos livros terminou com o fim do regime militar, mas ainda nos dias atuais vem ocorrendo diversas notícias sobre censuras a livros que abordam sobre temáticas sociais. Mas apesar de não haver atualmente uma infraestrutura de censura como na ditadura, persiste a prática do governo em criticar e buscar desestimular a leitura de livros com as quais ele não concorda, ou seja, o Brasil está longe de ser um país totalmente democrático e o conservadorismo ainda persiste.

### 3 O movimento feminista no Brasil

“O capitalismo se desenvolveu de modo diferente em cada país, mas em todos ele legitimou o mesmo sistema patriarcal de dominação. As mulheres enfrentavam, em lugares diferentes, problemas similares de opressão.” (TELES, 1999, p. 37)

O caminho entre os direitos das mulheres e as lutas para a igualdade das minorias em geral estão sempre entrelaçados. A mulher em toda a sua trajetória foi reprimida de todas as formas possíveis, não possuía direito à educação, ao voto e até mesmo decisões sobre o próprio corpo. E o movimento feminista surgiu para tentar combater toda a opressão vivida, e a luta da mulher foi e ainda é pelo direito a ter direitos, também como, a igualdade de direitos como os homens, autonomia social e política, fim da violência contra a mulher e contra o estupro, direito ao aborto seguro e legal, direito ao divórcio, igualdade salarial.

De acordo com Teles (1999), no período colonial eram ensinadas às mulheres apenas tarefas domésticas, lavar, coser e fazer renda. Outras tarefas como leitura, escrita e contas eram destinadas apenas aos homens e mulheres eram proibidas de realizarem. E se por acaso elas quisessem exercer essas tarefas eram muitas vezes chamadas de “bruxas” apenas pelo fato de quererem adquirir conhecimento.

A educação para as mulheres ficavam à cargo da Igreja Católica e por conta disso, “as mulheres se tornaram tímidas, ignorantes e submissas. E seus valores e idéias, se tornaram tradicionais, conservadores e atrasadas”. (TELES, 1999, p. 19-20). Vale ressaltar que estamos tratando sobre as mulheres brancas, que ainda possuem alguns privilégios perante as suas irmãs negras. Essas mulheres estavam subordinadas aos seus maridos e à igreja, eram reprimidas dentro de casa e também pela sociedade conservadora. Em contrapartida, as mulheres negras além de sofrerem com a escravidão, sofriam com o fato de ser mulher e foram vítimas de violência sexual por parte dos seus patrões. Seguindo a lei da pirâmide, o de cima sempre irá reprimir os de baixo, no caso a mulher branca que também era subordinada aos homens, as mulheres negras eram subordinadas aos homens e também às mulheres brancas, constituindo assim a base da pirâmide da repressão - onde o homem branco e burguês sempre estará no topo em qualquer período histórico.

Desde os primórdios da revolução francesa, no séc XVIII, é possível identificar mulheres que lutaram pelo seu direito à cidadania, a uma existência legal fora de casa, único lugar de que tinham algum tipo de reconhecimento como esposas e mães. Fora dos limites da casa restavam-lhe a vida religiosa ou a acusação de bruxaria. Na segunda metade do séc XIX e nas primeiras décadas do séc XX as lutas e manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e serem votadas. (PINTO, 2003, p. 13)

Durante a independência do Brasil no século XIX muitas coisas começaram a mudar e ocorreram diversas revoltas sociais, principalmente a luta pela libertação dos escravos.

Tivemos [...], urbanização e a imigração em larga escala. Com as mudanças na economia, na política e na sociedade, há espaço para novas ideias e a mulher inicia sua participação de uma maneira questionadora da sua condição e do papel que vinha desempenhando. (TELES, 1999, p. 29)

Foi nesse contexto que nasce a primeira onda do movimento feminista, onde muitas mulheres começaram a questionar o seu papel na sociedade e também a reivindicar alguns direitos que lhes foram negados, como à educação igual a dos homens, por exemplo. Em 1881, a primeira mulher branca ingressou na universidade e em 1887 o Brasil teve a primeira mulher branca a se formar no curso de Medicina.

Em 1860, muitas mulheres brancas e de classe média começaram a participar das organizações abolicionistas, não porque elas estavam ao lado do povo negro, mas sim porque elas vinham nesse movimento uma chance de se mostrarem capazes de participarem da política. Uma mulher de destaque que defendeu a abolição, educação e a emancipação de mulheres foi Nísia Floresta<sup>5</sup>, considerada a primeira feminista do Brasil. Outra figura importante para a literatura brasileira e que surgiu nesse período foi Maria Firmina, uma mulher negra que publicou em 1825, o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil.

Na entrada do século XX, aconteceram transformações no mundo todo, eclodiram guerras, revoluções e a criação de regimes autoritários. Já no início do

---

<sup>5</sup> Nísia Floresta Brasileira Augusta nasceu no dia 12 de outubro de 1810 em Natal no Rio Grande do Norte. Foi educadora, escritora e poetisa, considerada como a primeira feminista brasileira. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>>. Acesso em: 01 out. 2022.

século (1914-1918) eclodiu a primeira Guerra Mundial envolvendo os países da Europa, por causa de diversas questões que envolviam a economia e a política do país. Em 1917, eclodiu a revolução Russa, pelo fim do sistema monárquico no país e a tomada de poder pelos socialistas, esse evento foi de grande importância para todos os acontecimentos que viriam a surgir nos anos seguintes.

Nesse contexto, na Europa começaram a surgir as primeiras reivindicações de mulheres pelo direito ao voto, chamado de movimento sufragista. No Brasil, Bertha Lutz foi a primeira líder feminista responsável por iniciar a luta pelos direitos políticos das brasileiras. Conforme Pinto (2003), pode-se definir esse movimento como a primeira vertente feminista, onde teve grande alcance mundial, entretanto, o feminismo liderado por Bertha não era para alterar as relações de gênero e a subordinação da mulher perante a sociedade patriarcal e sim apenas para inclusão da mulher como cidadã, definido pela autora como “o feminismo bem comportado”, uma vez que essas mulheres não questionavam o patriarcado e a ideologia sexista que dominava a sociedade, apenas queriam ter direitos políticos, válidos na época mas não era o suficiente para mudar a condição da mulher na sociedade.

A primeira vertente do feminismo foi composta por mulheres brancas e burguesas que tiveram acesso à educação ainda jovens e que por conta disso começaram a reivindicar seus direitos como cidadãs. Em 1910 foi criado o partido republicano feminino, composto por mulheres que não possuíam direitos políticos mas que estavam lutando para adquiri-los e sua presidente foi Leolinda Daltro<sup>6</sup>. O partido não defende apenas os direitos políticos, como também, a emancipação e independência da mulher, conforme Pinto (2003, p. 18) “Extrapolando a questão dos direitos, propugnavam o fim da exploração sexual, adiantando em mais de 50 anos a luta das feministas da segunda metade do séc XX.” E o partido “desapareceu” no final da década de 1910. Em meados de 1920, surgiu a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), liderada por Bertha Lutz, a qual foi uma organização altamente elitista e que lutava principalmente pelo direito ao voto. A luta pelo sufrágio no Brasil termina em 1932 no governo de Getúlio Vargas quando é criado o novo código eleitoral onde incluía a mulher como cidadã, com o direito de votar e ser votada.

---

<sup>6</sup> Leolinda Figueiredo Daltro, foi uma professora, sufragista e indigenista e lutava pelos direitos das mulheres na época. Nasceu em 14 de julho de 1859 na Bahia. Disponível em: <[A brasileira que era chamada de "mulher do diabo" por ter senso de justiça \(observatório 3setor.org.br\)](#)>. Acesso em: 09 set. 2022.

Em contrapartida, no início do século também havia uma segunda vertente do feminismo, no qual era expresso nas manifestações da imprensa feminista. Mas ainda era composto apenas por mulheres cultas como, professoras, jornalistas e escritoras. Para Pinto (2003), essas mulheres defendiam além do direito ao voto, como também, defendiam a importância da educação para mulheres e questionavam a dominação dos homens, trazendo para debate temas como sexualidade e divórcio, assuntos delicados para época. Foi definido pela autora como “a vertente mais ou menos comportada do feminismo”, visto que, os temas abordados por elas já eram um absurdo para a sociedade conservadora, porém, esse movimento ainda foi tolerado.

Havia também, a terceira e última vertente do feminismo, manifestado dentro do movimento anarquista, composto por mulheres trabalhadoras, intelectuais militantes de esquerda e teve como a principal precursora Maria Lacerda de Moura<sup>7</sup>. A principal pauta foi a exploração do trabalho e a libertação da mulher, juntando a pauta feminista aos ideários anarquistas. Pois as mulheres predominavam como força de trabalho na indústria têxtil, mas ainda buscavam a regularização do seu trabalho e salário igualitário em relação aos homens. Definido por Pinto (2003) como “a vertente menos comportada do feminismo”, pois essa vertente estava ligada com os grupos de esquerdas e com o anarquismo, coisa que a sociedade conservadora jamais suportou.

Essas mulheres, no início do séc XX, anteciparam uma luta que só ganha espaço e legitimidade no fim do século, a do reconhecimento da especificidade da opressão, isto é, que os oprimidos não são oprimidos da mesma forma. Que ser mulher, ser negro, ou pertencer a qualquer outra minoria traz uma carga a mais em relação a ser homem e ser branco. Essas anarquistas, em contramão dos movimentos libertários da época, chamavam a atenção para as diferenças. (PINTO, 2003, p. 35)

Durante os anos 30 e 40, tiveram vários fatos importantes sobre a história da luta feminina. Foi nesse episódio que muitas mulheres se aliaram com os partidos comunistas para lutar contra o regime totalitário que foi instaurado por Vargas de 1937 a 1945. Uma mulher de destaque nessa luta foi Olga Benário Prestes, uma forte opositora do governo Vargas, ela era militante comunista que veio da

---

<sup>7</sup> Lacerda de Moura, nasceu há 130 anos atrás em Manhuaçu (MG), conhecida tanto no Brasil quanto nos demais países da América do Sul. Foi uma figura importante nas questões referentes à opressão da mulher e na luta de classes. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maria-lacerda-de-moura-feminista-e-anarquista-critica-dos-movimentos-em-que-militou/>. Acesso em: 07 set. 2022.

Alemanha. De acordo com Teles (1999), em plena segunda guerra mundial (1939-44), havia muitas brasileiras que participaram da luta contra o nasci-facismo e pela democracia, pressionando o Brasil entrar na guerra ao lado dos aliados. Em 1940, as mulheres conquistaram o direito ao aborto seguro e legal, mas somente em caso de uma gravidez de risco ou se fossem estupradas.

Em meados das décadas de 60 e 70, houve diversas manifestações sociais por todo mundo, pelos direitos do povo negro (contra o racismo), pelo direito dos pobres (melhores condições trabalhistas) e pelo direito das mulheres (liberdade sexual, direitos iguais e fim do sexismo). Por conta de toda essa efervescência social ocorreu um “boom” cultural em todo mundo. É nesse contexto que surge a segunda onda do feminismo, pois na Europa e nos Estados Unidos, as reivindicações femininas estavam ganhando cada vez mais voz.

O ano de 1968 não foi um ano qualquer, nem aqui no Brasil, nem no mundo afora. Em Paris, movimentos pela liberação sexual, política, ecologia, pacifismo, feminismo e direitos civis. O ano de 1968 foi especial, marcou o século 20. Ano da guerra do Vietname, protestos pacifistas, invasão da tcheco-Eslováquia, contracultura, assassinato de Martin Luther King. Entre nós, a ditadura militar, festivais da Record, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré, Comando de caça aos Comunistas (ccc). Nos Estados Unidos, Jimmy Hendrix, Bob Dylan, Janis Joplin, paz, amor e drogas. (OTERO, 2003, p. 78)

A segunda onda do feminismo surge por volta dos anos 60 e vai até os anos 80, dessa vez as reivindicações do movimento são mais amplas, entram abordagens sobre a sexualidade feminina (autoconhecimento), questões relacionados à família (direito ao divórcio), questões trabalhistas (desigualdades salariais) e direitos reprodutivos (pílula anticoncepcional). Um marco importante da década de 60 foi a liberação da pílula anticoncepcional para as mulheres, nas quais poderiam agora decidir sobre o próprio corpo, ou seja, elas que decidiam se queriam ou não terem filhos. Apesar de estar acontecendo todas essas mobilizações na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil acontece uma breve “efervescência” no início dos anos 60, mas logo após o golpe de estado ocorre uma freada no andamento do movimento feminista, pois os militares não viam com bons olhos as lutas civis da população e acabavam por reprimi-los de forma violenta.

Ao longo da década de 60 e 70 foram se formando várias vertentes da segunda onda do movimento feminista no Brasil, as quais eram: o feminismo liberal,

o marxista e o radical. As mulheres do movimento liberal lutavam pelos seus direitos individuais. Em contraponto das mulheres marxistas que traziam para o debate problemas referentes à luta de classes. Essas duas vertentes tinham uma natureza mais política e tratavam a luta da mulher como questões coletivas. Em contrapartida, as mulheres do feminismo radical traziam para o debate a própria condição de ser mulher, levantando questões menos aceitas pela sociedade e expunham sem pudor a opressão que a mulher vivia, dessa forma, essa foi a vertente menos aceita do feminismo pela sociedade (PINTO, 2003). Pois também estavam estritamente ligadas aos grupos comunistas da época e isso desagradava os militares.

A maioria das mulheres daquele período entrou em contato com o movimento feminista através de viagens para fora do país, principalmente na Europa onde o movimento estava ganhando cada vez mais espaço. Através da literatura importada da Europa e EUA, de temáticas sobre a condição da mulher - Simone Beauvoir, Betty Friedan, Kate Millett, etc. Como também, através de outras brasileiras que estavam exiladas, através de cartas e de materiais importantes para entender o movimento. Pois após 1968 com a implementação do AI-5, muitos brasileiros tiveram que sair do Brasil por obrigação por conta da perseguição dos militares. Haviam muitas mulheres entre essas pessoas exiladas e os países de destino foram os da Europa e também o Chile. Foi nesse cenário que muitas brasileiras entraram em contato com o Feminismo Europeu, pois naquele momento o país estava passando por muitas manifestações culturais. Entretanto, a aderência ao movimento feminista não foi bem vista pelos seus parceiros, apesar de serem homens de esquerda e que lutavam pela libertação e democracia, eles viam no feminismo uma dupla ameaça, conforme Pinto (2003, p. 53) “à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações em suas relações pessoais.” Ou seja, o homem não queria perder o poder que exercia sobre a sua esposa dentro de casa, por mais militante e desconstruído que ele fosse. Essas mulheres formaram vários grupos de debates pela Europa, para a autora Pinto (2003), a organização mais importante foi o círculo de mulheres brasileiras em Paris (1975 a 1979), onde as brasileiras exiladas e as francesas debatiam sobre a autonomia da mulher e a luta de classes dentro do feminismo. O movimento começa a ganhar força no Brasil em tempos sombrios, de forma lenta e cautelosa.

O feminismo era mal visto no Brasil, pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista que se expressava tanto entre os generais de plantão como em uma esquerda intelectualizada cujo melhor representante era justamente o jornal Pasquim, que associava a libertação dos costumes a uma vulgarização na forma de tratar a mulher e a um constante deboche em relação a tudo que fosse ligado ao feminismo. (PINTO, 2003, p. 64)

Um fato importante na história do trabalho feminino foi no período da ditadura militar que a mão de obra feminina cresceu consideravelmente em comparação aos últimos 15 anos. Entretanto, essa questão possui dois lados, o positivo e o negativo. O positivo é que houve muitas oportunidades de emprego para as mulheres e as possibilitam a terem o seu sustento, obterem uma carreira – porém apenas para as que tinham uma boa educação, na maioria mulheres de classe média – autonomia perante seus maridos e muitas vezes se tornarem independentes. Mas o lado negativo dessa história era que por se tratar de mão de obra barata, as mulheres não possuíam igualdade dentro do mercado de trabalho perante os homens, pois elas trabalhavam mais e ganhavam menos. Conforme Teles (1999), elas eram submissas e não reclamavam do trabalho, não desobedeciam as abusivas ordens que os patrões impunham, faziam a maioria das vezes trabalhos monótonos, dupla jornada de trabalho, dentro e fora de casa. Ou seja, elas foram super exploradas de todas as formas pelo estado e pelos seus companheiros.

Em 1950, a proporção de trabalhadoras mulheres era de 13,5%, em 1970 quase dobraram esse número (20,8%), e seis anos mais tarde (1976) a porcentagem de mulheres economicamente ativas atinge 28,8%. Em 1985, chegou a quase 37%, ou seja, triplicou em apenas 15 anos. Apesar de ainda representarem cerca da metade dos homens inseridos no mercado de trabalho, o crescimento relativo das trabalhadoras foi muito superior ao do sexo oposto. (TELES, 1999, p. 57)

Apesar de algumas conquistas que as mulheres tiveram desde o início do século XX, as coisas não estavam 100% resolvidas, tinha muita coisa ainda a ser mudada na sociedade patriarcal. E cansadas da opressão e da desvalorização, as brasileiras resolveram lutar pelos seus direitos durante o regime autoritário. Essas mulheres resolveram entrar na política e sofreram discriminação de suas próprias famílias, pois segundo seus pais, elas nasceram apenas para serem filhas, donas de casa, esposa e mãe. Entretanto, elas foram contra esses preceitos e lutaram

dentro de grupos estudantis, sindicatos e guerrilhas. Mas até mesmo dentro da guerrilha elas foram oprimidas. Pois não havia nenhuma mulher líder desses grupos, apenas homens poderiam ser líderes e eles comandavam tudo, davam todas as ordens. Não poderia falar sobre as condições da mulher, sexismo e patriarcado dentro do grupo, pois os homens consideravam essas questões como não tão importantes e atrapalhavam o objetivo central do grupo que era a luta pela democracia. Segundo o depoimento de Suzana Lisboa, uma militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), a participação da mulher na luta armada era vantajosa para o grupo, pois ela passava despercebida pelos militares, abaixo segue o depoimento descrito pela militante.

Sociedade machista em que a mulher não era reconhecida e considerada, o próprio regime militar não a via, de imediato, como uma possível adversária na guerra. De início, os militares estavam preparados para combater guerrilheiros barbudos e armados, mas não mulheres, jovens, que pudessem sair facilmente de uma ação militar e se confundir na multidão com outras milhares de brasileiras que frequentavam as ruas e logradouros públicos. (TELES, 1999, p. 72-73)

Quando essas mulheres eram capturadas pela polícia as formas de torturas eram cruéis, pois até nesse momento havia desigualdade entre os gêneros, além de serem espancadas e humilhadas, eram violentadas sexualmente. Os torturadores viam na mulher uma dupla transgressão, a primeira por desafiar o regime e a segunda por quebrarem a condição de dona de casa e mãe proposta pelo sistema patriarcal, e isso enfurecia os torturadores. De acordo com Teles (2022), muitas mulheres que sobreviveram a essas atrocidades relatam que os torturadores usavam qualquer objeto para feri-las, houve casos que eles introduziram baratas e ratos vivos dentro de suas vaginas, davam choques elétricos em seus seios e ouvidos. E as mulheres grávidas não saíam impunes, eles chutavam suas barrigas e também davam choques elétricos até elas abortarem, davam choques elétricos em seus seios até elas não conseguirem amamentar, o lema era “menos um comunista que nasceria”, conforme relata Teles (INCONTÁVEIS, 2022), “tivemos crianças que foram torturadas antes mesmo de nascer”. A autora relata também que foi torturada na frente dos seus filhos de 4 e 5 anos. Muitas mulheres não aguentaram as torturas e morreram e as que sobreviveram tiveram traumas até hoje não esquecidos.

Mas não foi somente as mulheres dos grupos de esquerda e da luta armada que lutavam pelas questões femininas e pelo fim do regime. Fora da luta armada, muitas mulheres saíram para a rua para o movimento feminino pela anistia, o movimento foi fundado por Terezinha Zerbini, esposa de um general que sofreu repressão com o golpe militar. O movimento era composto de mulheres que eram mães, esposas e irmãs de militantes desaparecidos, presos políticos e exilados, e em 1975 elas promoveram protestos com o objetivo de saberem o paradeiro dos seus entes queridos, e também para darem oportunidade da volta para o seu país daqueles que estavam em exílio. E em 1978 a lei da anistia foi aprovada. O ano de 1975 foi muito importante para a história da mulher brasileira, pois surgiram várias iniciativas a favor das mulheres e o movimento feminista começou a ganhar cada vez mais força. Seguem algumas das iniciativas criadas naquele ano: Associação da Mulher; Centro da Mulher; Coletivo Feminino; Grupo de Mulheres; Grupo Feminino 8 de março. O ano de 1975 também ficou conhecido como o ano internacional da mulher, intitulado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para lembrar das conquistas políticas e sociais que as mulheres tiveram, tornando-se um ano de muita relevância para as mulheres da época.

Graças ao desempenho das mulheres, 1975 tornou-se de fato o marco histórico para o avanço das idéias feministas no Brasil. Sob uma ditadura militar, mas com o apoio da ONU, a mulher brasileira passou, então, a ser protagonista de sua própria história, em que a luta por seus direitos específicos se fundia com as questões gerais. Respondia de maneira forte aos anseios da época: de se expressar, de falar, de enfrentar, de agir. (TELES, 1999, p. 85)

A partir desse mesmo ano a imprensa feminista estava cada vez mais ganhando espaço. Os jornais alternativos inicialmente eram formados por mulheres universitárias da classe média, mas ao longo do tempo foram surgindo mulheres de outras classes dentro dos jornais. Os jornais feministas mais importantes foram: Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (TELES, 1999). O jornal Brasil Mulher foi fundado em 1975, impresso na cidade de Londrina no Paraná, composto por aproximadamente uma equipe de sete mulheres e tinha como jornalista responsável Joana Lopes. A maioria das mulheres que compunham o jornal era ligadas à militância e estava mais vinculada à luta contra o regime militar e principalmente a favor da anistia política do que os assuntos relacionados somente às mulheres. O jornal terminou em 1980 após embates entre as feministas e as militantes políticas.

O jornal *Nós Mulheres* foi fundado em 1976, em São Paulo, composto por aproximadamente trinta mulheres e tinha como jornalista principal, Marisa Corrêa. O jornal era composto por mulheres autônomas e ex-exiladas que haviam deixado a militância política. Nesse jornal foi priorizado o tema da mulher como problema central e também debatiam assuntos sobre a desigualdade social e a luta contra o regime militar. O jornal *Mulherio* foi fundado em 1981 por um grupo de feministas paulistas e tinha como jornalista principal Adélia Borges. Era composto por professoras, pesquisadores e jornalistas. Levantou temas importantes como a questão da maternidade, democracia doméstica e a condição da mulher negra na sociedade. Foi um sucesso de vendas e seus periódicos foram distribuídos até em livrarias.

*Nós Mulheres e Brasil Mulher, juntos, fortaleceram as reivindicações femininas e ajudaram as mulheres a tomar consciência da sua condição. Cada um a seu modo, é claro. Ao se colocarem a serviço das mulheres das camadas populares, esses jornais trouxeram para o debate, ainda incipiente, a necessidade da transformação econômica e social, para que as condições de vida e trabalho de ambos os sexos se tornassem adequadas. (TELES, 1999, p. 9)*

Após o fim do regime militar na década de 80, outras tópicos foram inseridas dentro do movimento feminista. Em 1985 as mulheres começaram a ganhar mais protagonismo dentro da política com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Temas como a igualdade jurídica entre homens e mulheres, licença maternidade, mudanças no trabalho feminino começaram a ganhar maior espaço e importância. Em 1985 foi criada em São Paulo a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, atendendo mulheres vítimas de violência e outros tipos de abuso. Já na década de 90, a luta do movimento feminista era para inclusão de mais mulheres na política, criando leis que permitissem que mulheres fossem candidatas e ocupassem cargos políticos.

Já no século XXI, as mulheres começaram a ocupar cada vez mais os lugares. Em 2006 no governo de Lula foi criada a lei Maria da Penha que punia os casos de violência contra mulher e todos que agrediam, abusavam e matavam mulheres, eram obrigados a cumprir pena, essa lei foi um grande passo dentro do movimento feminista. Em 2010 foi eleita a primeira mulher ao cargo de presidenta do Brasil, uma grande marco histórico dentro do movimento feminista. Dilma Rousseff foi uma guerrilheira de esquerda durante o regime militar, foi presa e

torturada pelos policiais. Uma figura muito importante dentro do feminismo e dentro da luta pela democracia.

Entretanto nos dias atuais as mulheres continuam lutando todos os dias para garantir mais direitos e também para mudar o sistema patriarcal, racista e sexista que continua dominando a sociedade. Ainda é difícil sair na rua de noite e sozinha, pois o medo de ser estuprada pesa bastante. A luta pela descriminalização do aborto legal e seguro segue com força. Continua sendo necessário lutar pela amamentação em lugares públicos, pela igualdade salarial, pelo fim dos abusos sexuais sofridos dentro dos locais de trabalho, e pelo fim do feminicídio. Enfim, a luta da mulher, infelizmente, ainda está longe do seu fim.

## 4 Uma mulher impossível

“Eu queria colocar fogo no mundo...E vi que os livros colocavam fogo no mundo, por isso me tornei editora e escritora.” (Memórias de uma mulher impossível, 2017)

Rose Marie Muraro foi uma figura muito importante dentro do movimento feminista e também dentro do ramo de editora e escritora. Nasceu em 11 de novembro de 1930 – na época da revolução de 30 – em São Paulo e fazia parte da elite paulistana. Rose nasceu praticamente cega e tinha uma saúde frágil, ainda criança recebeu o diagnóstico médico que não poderia aprender a ler e a escrever por conta da sua visão e isso a deixou furiosa. De acordo com Méndez (2017) Esse diagnóstico precoce a fez criar forças para lutar e sair dessa posição, e assim foi para escola e dentro de uma semana já estava lendo de tudo. Segue o depoimento que Rose Muraro forneceu para o trabalho da autora Méndez (2017, p. 74), “foi então que meu sangue aventureiro começou a falar mais alto. Instintivamente, eu sentia que não podia ficar dentro dos limites do possível. Embora inconsciente e infantil, foi esta a minha primeira aposta no impossível. Nunca mais parei de ler.” E foi a partir disso que nasceu uma mulher impossível. Nessa questão podemos retomar o que foi dito pela autora Teles (1999) no capítulo sobre feminismo, na qual ela se referia às mulheres na época do Brasil colônia, que as mulheres que resolviam ler, escrever ou estudar qualquer coisa que fugia do que era imposto para elas, eram consideradas bruxas (foi isso que aconteceu com Rose quando se tornou uma mulher adulta). Dessa forma, Rose ainda criança já estava rompendo com os padrões impostos às meninas daquela época.

Entretanto, Rose recebeu a criação que toda mulher naquela época recebia, criada para ser uma boa esposa, uma boa dona de casa e boa mãe. Mas ela nunca se conformou em ser apenas isso, ela queria mais, queria estudar e se diferenciar das mulheres de seu convívio. Conforme relata a autora Méndez (2017), Rose estudava em uma escola de freiras da elite paulistana e todas suas colegas eram convencionais e seguiam sem protestar os papéis pré-estabelecidos para as meninas, mas Rose não concordava com aquilo e foi uma das primeiras a romper com esses tabus. Foi nessa escola que Rose conheceu a primeira mulher que era diferente das demais, a freira Madre Luísa, uma mulher culta e inteligente que serviu de inspiração para ela. O pai de Rose também era outra pessoa inspiradora e na

qual ela tinha muito apreço, porém o mesmo não aconteceu com a mãe, pois Rose a achava uma pessoa burra e submissa e ela tentava fugir desses preceitos desde sempre, isso a fez se afastar da mãe e ser mais próxima do pai. (MÉNDEZ, 2017)

Após a morte do pai em 1940, Rose aprofunda ainda mais sua relação com a Igreja Católica e ainda adolescente entra para ação católica (AC) a qual tinha o objetivo de aumentar a inserção da igreja nas classes médias e trabalhadoras. E assim foi construindo sua trajetória no mundo religioso. Dentro da AC, Rose começou a trabalhar a questão da mulher dentro da Igreja Católica, em 1950 iniciou suas atividades como escritora através de poemas. De acordo com Méndez (2017), esses poemas abordavam a vida erótica de homens e mulheres dentro da Igreja Católica, pois a questão da sexualidade era um tabu e Rose estava arrumando uma forma de terminar com esses preconceitos.

Em 1961 Rose iniciou sua trajetória como editora e escritora na Editora Vozes, de propriedade da igreja católica, onde a trajetória com o feminismo começa a se iniciar. Como abordado anteriormente no capítulo sobre feminismo, Rose fazia parte da segunda onda do movimento e poderia se encaixar tanto dentro da vertente do feminismo liberal, quanto do radical. O primeiro livro de cunho feminista foi publicado em 1966 e levou o título de “A mulher na construção do mundo Futuro”, um dos primeiros livros nacionais que tratava sobre a condição da mulher brasileira, por isso, foi um sucesso de vendas. De acordo com Ribeiro e outros (2021), durante toda a sua trajetória como escritora, Rose publicou em torno de 44 livros, nos quais contestava a realidade conservadora do país, tratava sobre a desigualdade social e sobre a condição da mulher. Como editora, Rose editou em torno de 1600 títulos em sua grande maioria sobre a condição social dos brasileiros, sempre tentando trazer para o catálogo autoras e autores que falavam sobre temas sociais como racismo, classe social e feminismo. Em 1986 foi demitida da Editora Vozes por conta de seus atos revolucionários, logo após foi acometida por um câncer terrível, mas que não a impediu de seguir em frente com sua carreira, e em 1990 criou a editora Rosa dos Tempos.<sup>8</sup>

[...] Automação e o futuro do homem vendeu muito bem, foi adotada em trinta universidades, até os militares acabarem com ele. Vendia três, quatro mil exemplares por ano! Sem parar. Eram as

---

<sup>8</sup> A editora Rosa dos Tempos foi criada em 1990 por Rose Marie Muraro e a atriz Ruth Escobar. Publica obras de gênero feminino e sua ideologia foi criar um instrumento que desse voz a todas as mulheres. Disponível em: <<https://www.record.com.br/editoras/rosa-dos-tempos/>>. Acesso em: 01 out. 2022.

universidades que compravam. Neste livro, nem falei sobre a condição da mulher. O livro foi proibido como pornográfico em 75. Eu quis, por intermédio dele, dizer alguma coisa para os brasileiros. Achava os brasileiros tão isolados que tinham obrigação de conhecer os grandes problemas do mundo, que os militares não deixavam (...). (MMI, 1999, p. 132-133 *apud* SORAGGI, 2021, p. 66)

Rose Muraro foi uma ativista política e intelectual feminista dos anos 70 e 80, uma das maiores precursoras do movimento feminista em pleno regime militar. Seus livros contribuíram para literatura feminista sobre a condição da mulher no século 20. Entretanto, foi apenas após a vinda da intelectual feminista americana Betty Friedan, que as ações de Rose se tornaram públicas. As questões feministas começaram a ser debatidas em palestras por todo país, pela televisão e também pelos jornais alternativos da época. Conforme Soraggi (2021), Rose tinha coragem de falar abertamente sobre essas questões ditas "subversivas" e não tinha medo de ser censurada ou até mesmo presa, pois sabia que a igreja católica a defenderia de qualquer ato violento por parte dos militares. Mas apesar de ter apoio da Igreja, ela também ia contra os conceitos da instituição e após a publicação de seu livro sobre a sexualidade da mulher, ela foi demitida da Editora vozes em 1986, abaixo segue o que continha no livro:

Este livro criticava a moral tradicional católica como alicerce da classe dominante e discutia o tema tabu da sexualidade no livro. Sendo fruto de um seminário de sua organização, reunindo diversos teólogos e pessoas ligadas à Igreja. Logo após a publicação do livro a Editora Vozes recebeu uma carta do Vaticano para retirar o livro do mercado e o livro não pode ser mais publicado. (SORAGGI, 2021, p. 75)

Contudo, é possível concluir que Rose Marie Muraro foi uma mulher impossível, pois de acordo com Soraggi (2021, p. 44) "ela conquistou posições de poder dentro de uma editora católica como a Vozes e também se tornou uma personalidade importante para a mediação das ideias feministas nos meios de comunicação." E muitas vezes identificada como uma bruxa, pois todas as mulheres que resolveram questionar o sistema patriarcal, sexista e conservador eram denominadas assim. Porque ela feria a moral e os bons costumes, uma mulher herege, foi essencial e fundamental para aquela época, por desafiar o regime militar e a igreja católica. Retomando o que a autora Teles (1999) comenta no capítulo 3, sobre os tipos de lutas que as mulheres travaram no regime militar, podemos perceber que, apesar de Rose Muraro não participar na guerrilha ou de outros

grupos de esquerda, ela lutava contra o regime por meios dos livros, disseminando o conhecimento para as mulheres brasileiras através de suas obras e de obras de outras mulheres importantes dentro do movimento feminista, por exemplo, Betty Friedman, na qual contribuiu para a difusão do movimento no Brasil. De fato Rose Marie Muraro fez o seu papel, colocou fogo no mundo através de livros e rompeu com a alienação que estavam acometidas as mulheres brasileiras.

#### 4.1 Rose Muraro e a censura

Rose foi uma escritora que discutia questões sobre classes sociais e a condição da mulher na sociedade, temas considerados pelo regime militar como “subversivos”, “imorais”, “perigosos” e “comunistas”. Por conta disso, três livros seus foram vetados de circulação, os quais eram: “A automação e o futuro do homem”, “A mulher na construção do mundo futuro” e “Libertação sexual da mulher”. Entretanto, foram encontrados registros de censura apenas em seus dois primeiros livros, mas sabemos que o terceiro livro foi um dos primeiros a serem proibidos pelo governo e ficou a cargo do chefe da editora Vozes, Frei Ludovico, entregar todos os exemplares que estavam na editora. Nesse caso, retomando a autora Carneiro (2002), já citada no capítulo sobre censura, que trata sobre as justificativas utilizadas durante a idade média para proibirem uma obra de circulação só porque pensavam diferente do restante, se encaixa perfeitamente na censura que Rose sofreu. Pois suas obras não eram abertamente comunistas ou eróticas (temáticas mais visadas pelos censuradores), mas sim abordavam pensamentos contrários ao regime, e esses pensamentos eram considerados “hereges”.

Rose relata que entrou em depressão devido a proibição de sua obra e justifica a ação dos militares a uma espécie de lição, tendo em vista que eles não queriam o questionamento dos papéis tradicionais presentes nos valores da família patriarcal. No entanto, é importante destacar que a publicação do livro teve a veiculação nos jornais, inclusive através da propaganda associada ao livro da Betty Friedan publicado de forma conjunta. O que corrobora sobre as estratégias mercadológicas da Editora Vozes na venda de livros feministas em um jornal de grande circulação como o Jornal do Brasil, mesmo em um contexto de ditadura militar. (SORAGGI, 2021, p. 69)

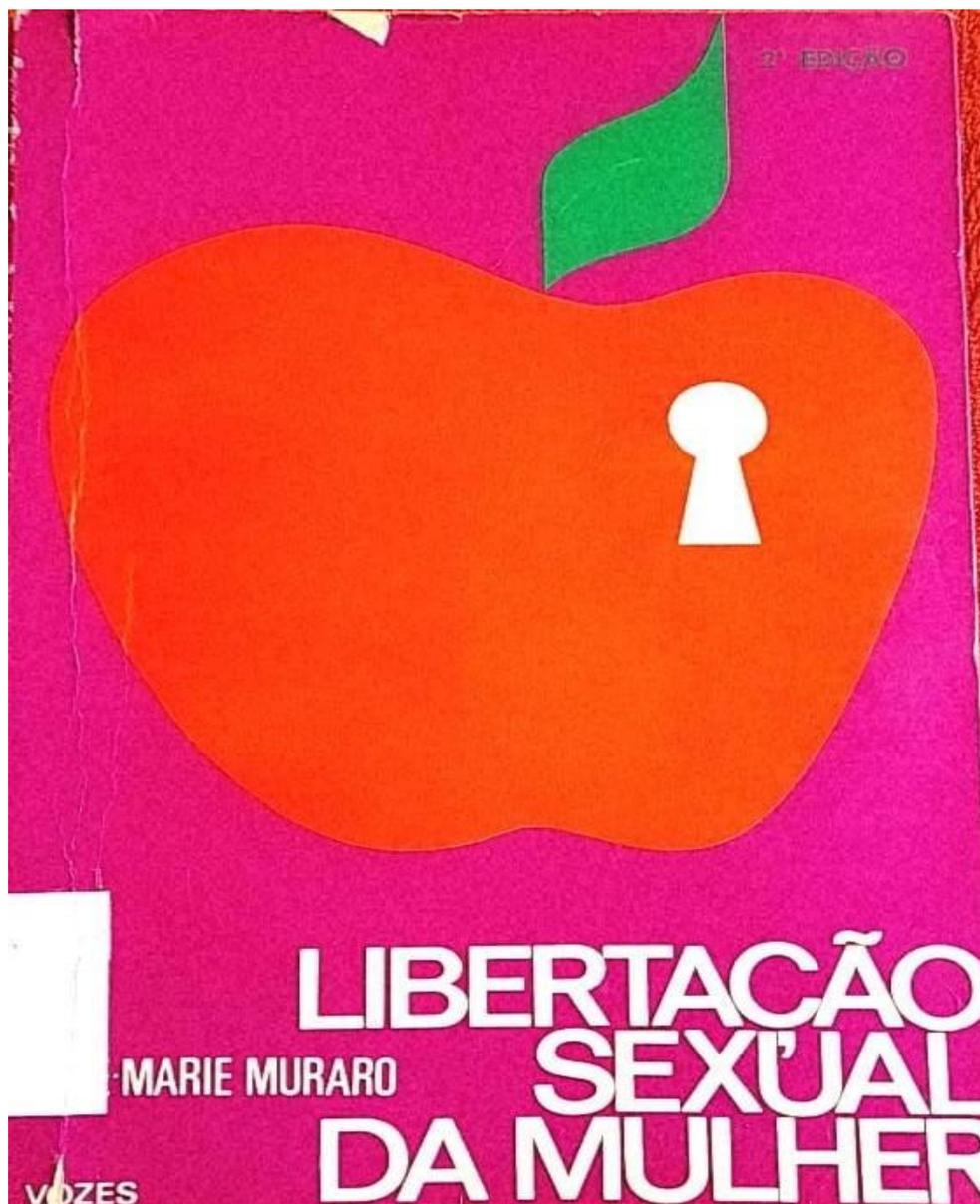
Neste trabalho serão analisados apenas dois livros censurados da autora que estão relacionados com o feminismo. O primeiro deles será o livro “libertação sexual da mulher” publicado na década de 70. Há registros no trabalho de Soraggi (2021),

que ele foi censurado, mas não foi encontrado nenhuma fonte para confirmação, acredita-se que ele tenha sido censurado um pouco antes da lei de censura prévia de 1970. E o segundo livro analisado será “A mulher na construção do mundo futuro”, censurado em 1972.

#### 4.1.1 Libertação Sexual da mulher

O livro trata sobre temas que estavam em alta naquele período, como o sexo. A autora traz uma breve explicação sobre como o sexo era visto nas sociedades tradicionais, discute sobre a revolução sexual que estava ocorrendo no momento, debate sobre temas relacionados com a nudez e também como esse tema era relacionado ao pecado pelos conservadores e católicos. Nesse contexto o sexo era visto como sujo, errado e era um tabu falar sobre. Para as mulheres das sociedades tradicionais o sexo era feito apenas para procriar e elas eram proibidas a sentirem qualquer prazer durante o ato, ao contrário do homem que além de poder sentir prazer nas relações sexuais poderia ter amantes para saciar ainda mais seus desejos.

Figura 3 – Capa do livro “Libertação sexual da mulher”



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Muraro (1971)

Nas famílias tradicionais era normal ter dois tipos de mulheres, as boas e as más. As boas eram as donas de casa, que estavam ali para servir o marido, os filhos e cuidar da casa. Elas eram vistas como mulheres santas e o sexo era apenas para procriação. As mulheres más eram amantes e prostitutas, que estavam ali para servirem os homens nos seus prazeres carnis. Nesse contexto, esses dois tipos de mulheres eram importantes para a sociedade tradicional funcionar e era normalizado entre as famílias de classe média e tradicionais. Mas após a explosão dos movimentos sociais na década de 60 esse tipo de comportamento não era mais

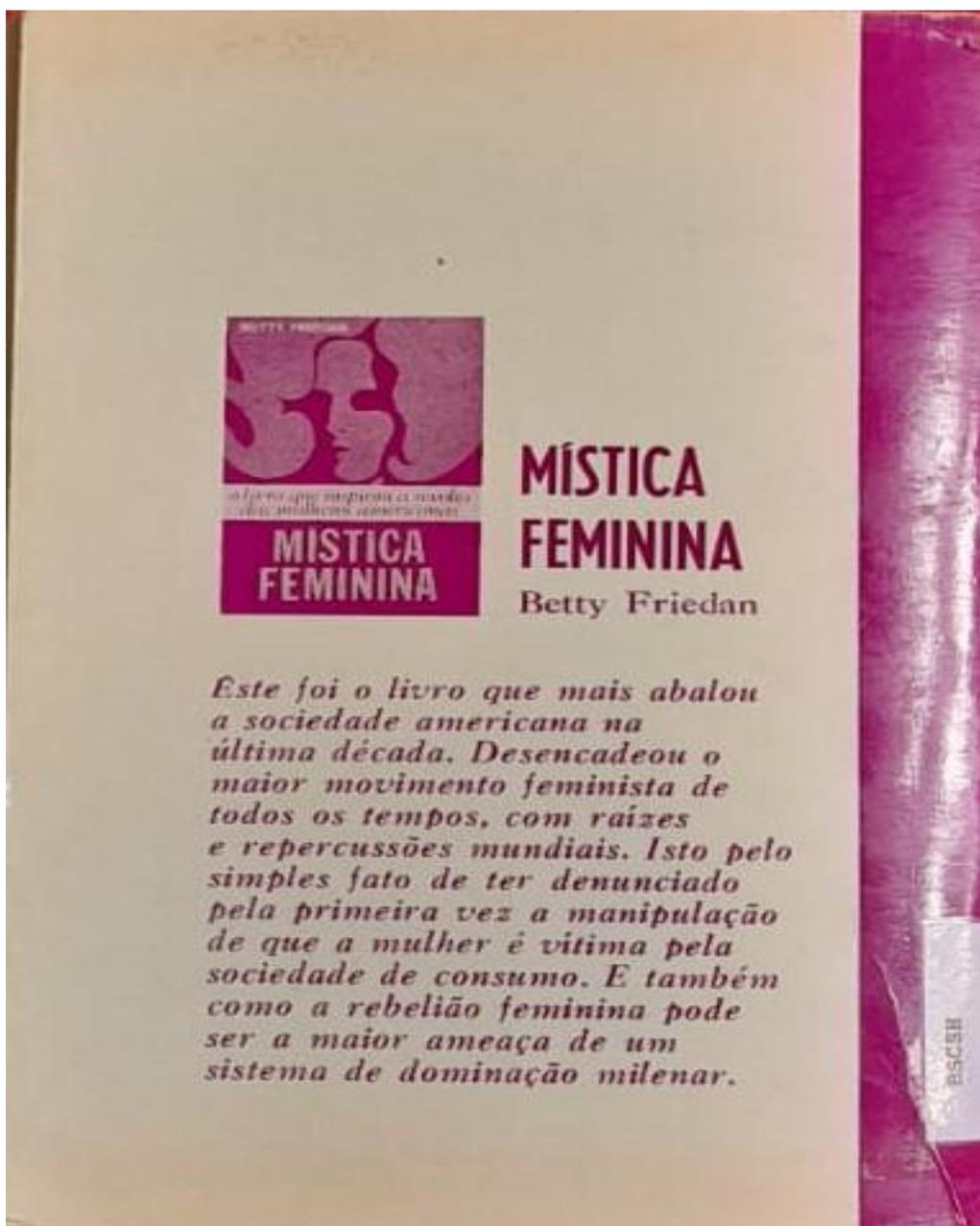
aceitável. A revolução sexual trouxe para as mulheres a autonomia, liberdade e também o direito de sentir prazer nas relações sexuais. O surgimento das pílulas contraceptivas nos anos 60 foi um avanço grandioso, pois agora as mulheres tinham direito ao seu corpo e cabia apenas à elas terem ou não filhos. Principalmente entre as jovens, o prazer feminino começou a não ser mais visto como coisa de “puta” e era normal elas procurarem em uma relação sexual o seu próprio prazer. Essa revolução toda era vista com maus olhos perante a sociedade conservadora da época, principalmente, para os militares. Dessa forma, acredita-se após analisar essa parte do livro que essa foi a primeira justificativa que os censores tiveram para vetar o livro de Rose de circulação. Pois falar sobre sexo, prazer feminino, liberdade da mulher, era um absurdo para os militares, para os conservadores e também, para a igreja católica. Pois acreditava-se que a mulher deveria ser ignorante, submissa e satisfazer apenas os desejos dos homens, normal nas famílias tradicionais, e a obra de Rose veio para transformar esses preconceitos

No entanto, é importante destacar que a publicação do livro teve a veiculação nos jornais, inclusive através da propaganda associada ao livro da Betty Friedan publicado de forma conjunta. O que corrobora sobre as estratégias mercadológicas da Editora Vozes na venda de livros feministas em um jornal de grande circulação como o Jornal do Brasil, mesmo em um contexto de ditadura militar. (SORAGGI, 2021, p. 69)

Nos capítulos VIII e IX, a autora traz a questão da "neurose da beleza", a valorização da juventude e a busca por um corpo cada vez mais magro. Foi nesse período que a gordofobia começou a crescer, pois todas as mulheres sonhavam em serem magras e aquelas que não conseguiam acabavam sendo rejeitadas pelos homens e também pela sociedade num todo. Nos anos 60, a indústria da beleza começou a crescer desenfreadamente e nas televisões o corpo da mulher ideal era exibido todos os dias, pois a mulher tinha que ser jovem, magra, branca e bela e todas aquelas que não estavam nesse padrão acabavam fazendo de tudo para conquistá-lo. A grande crítica que Rose levanta nesse capítulo é sobre como o sistema capitalista, patriarcal e racista consegue manipular a mulher de todas as formas, seja por meio da indústria da beleza ou por meio dos papéis de gênero. Rose também faz alguns questionamentos sobre o conceito de família e discute sobre as novas formas de famílias que poderiam surgir dali para frente, ou seja, ela estava prevendo que dali alguns anos não existiria apenas a família tradicional

monogâmica e heterossexual, mas sim outras novas formas do conceito de família poderiam surgir. Dessa maneira, acredita-se que esse assunto foi um dos mais relevantes para os censores, pois quando se tocava no assunto da família a massa conservadora não gostava por conta de todo o preconceito que existia e ainda existe por grande parte dos brasileiros quando se trata de famílias não tradicionais.

**Figura 4 – A contracapa do livro**



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Muraro (1971)

É importante destacar a contra-capa do livro sobre a libertação sexual da mulher, pois acredita-se que a contracapa do livro fez com que ele se tornasse uma obra muito disseminada entre as pessoas, pois Betty foi uma feminista americana

muito famosa naquela época, e isso contribuiu com a divulgação do livro entre os meios culturais. E de acordo com Reimão (2019, p. 115) “Quanto mais público uma determinada produção cultural pudesse ter, mais ela seria “alvo” da censura.”

Rose propôs em seu livro acabar com o conservadorismo, abrir a mente das mulheres para as novas mudanças que estavam surgindo naquele momento, e para que a sociedade estivesse sempre evoluindo era obrigatório a participação da mulher, pois era inadmissível que as mulheres só servissem para serem donas de casa. A obra não se tratava apenas sobre que as mulheres estavam livres para terem relações sexuais com quem quisessem, mas sim para terem direito ao seu próprio corpo, ela tentou levar essa questão para todas as brasileiras da década de 70 e quem teve a oportunidade de ler esse livro, com certeza teve outro pensamento sobre a sexualidade. Acredita-se que essa foi a terceira justificativa que fez o livro ser censurado, porque Rose estava fazendo as mulheres de todas as classes sociais pensarem a sua condição de mulher nas relações sexuais onde eram submissas, rompendo assim com as ditas famílias tradicionais e conservadoras. Entretanto, os militares não queriam que as mulheres tivessem esse conhecimento todo e que também obtivessem os mesmos direitos que eles e esse livro ameaçava o poder e a dominação masculina. O fato triste é que apesar de não haver nenhum parecer legal que comprovasse o veto, conseguimos entender depois de analisar a obra toda quais foram as justificativas que levaram o livro a ser censurado. Em resumo, o governo tinha medo de perder o controle do corpo da mulher e qualquer coisa que ameaçava eles achavam um jeito de pôr fim.

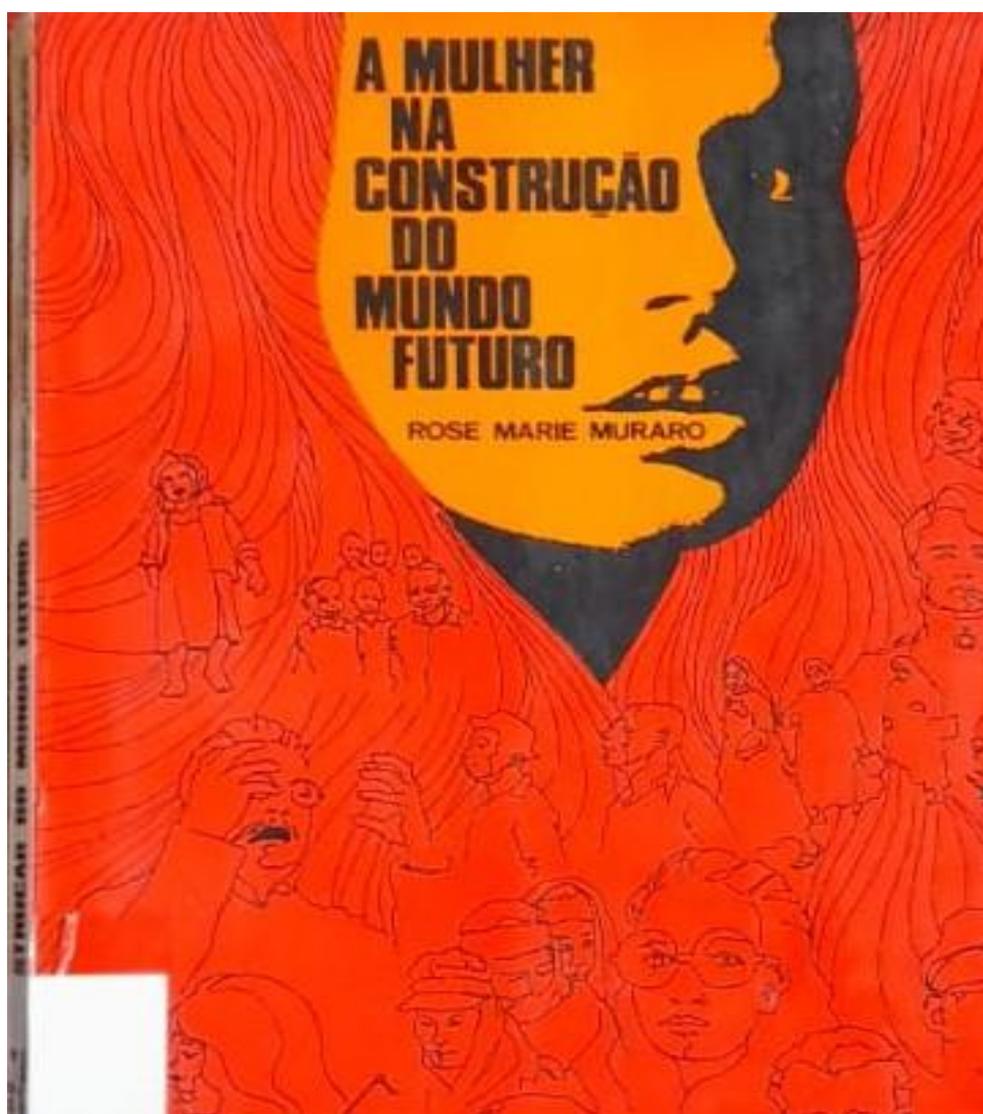
#### 4.1.2 A mulher na construção do mundo futuro

O segundo livro de Rose a ser censurado e que será analisado neste trabalho é do título "A mulher na construção do mundo futuro", publicado em 1969 pela Editora Vozes. Conforme trouxe Reimão (2019) geralmente os censores ficavam a par dos livros “subversivos” por meio de denúncias de civis. Dessa maneira, acredita-se que o mesmo ocorreu no caso desse livro de Rose.

Nesse livro a autora levanta várias questões que vão além do feminismo. Ao pesquisar no arquivo nacional o ato que censurou esse livro, nota-se que os censores destacaram 3 páginas que levaram ao verídico final para o veto, logo mais essas páginas serão analisadas. Como já mencionado anteriormente, o livro aborda

assuntos diversos. No capítulo 2 a autora trata sobre a economia, desigualdades, pobreza e fome. Traz também alguns questionamentos sobre o poder, a questão da dominação de uns perante a outros, como também, crítica ao sistema capitalista e traz menções negativas aos EUA e as suas empresas que exploravam as terras brasileiras. Neste capítulo Rose também comenta sobre o sistema comunista, mas fazendo algumas críticas – apesar de se mostrar ter mais afinidade com esse lado. A grande crítica da autora em sua obra, é contra a classe média que dominava e explorava as minorias.

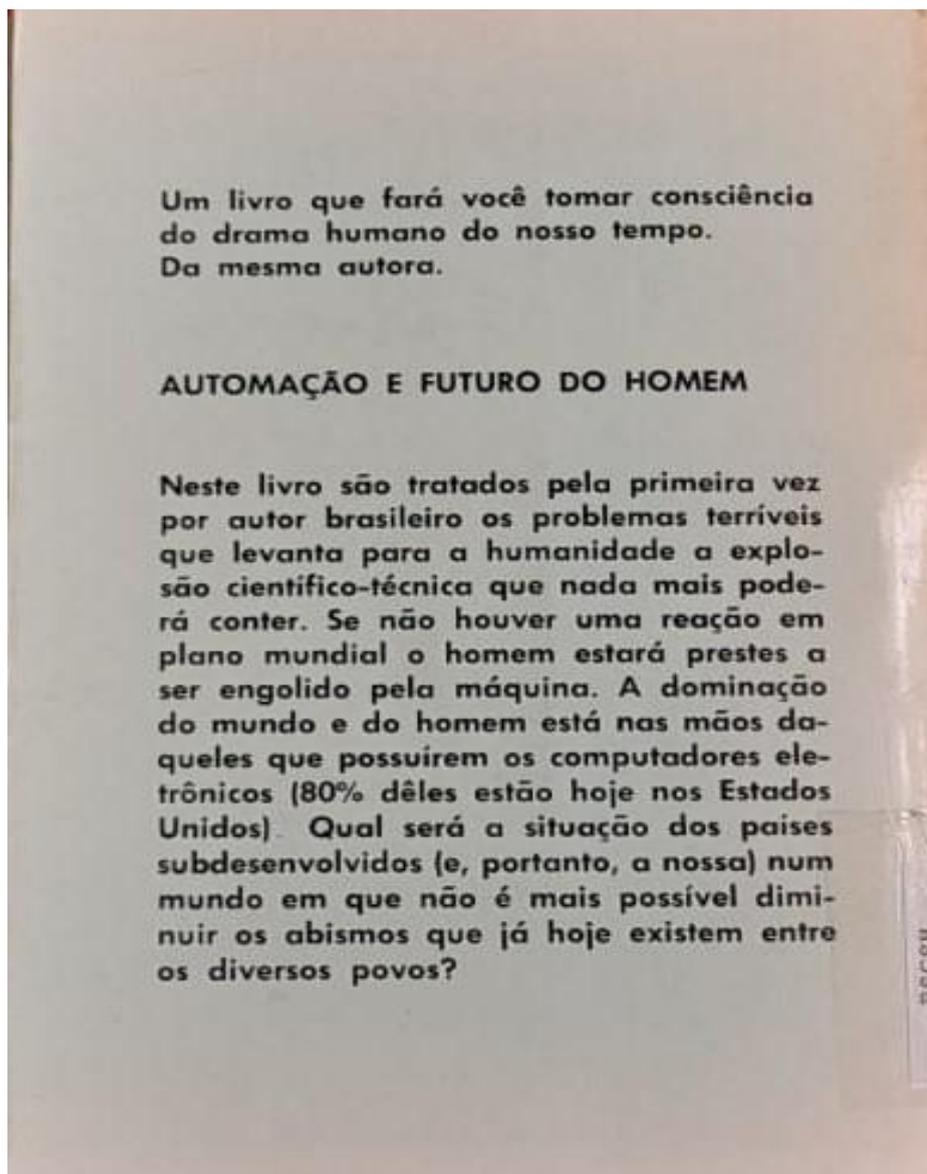
**Figura 5 – A capa do livro "A mulher na construção do mundo futuro".**



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Muraro (1969)

No capítulo 13, Rose mostra como cada mulher sofria repressão diferente conforme sua classe. Naquele tempo as mulheres da elite lutavam para terem o

direito de trabalharem fora sem precisar da permissão dos seus maridos, em contraponto, as mulheres pobres estavam lutando para terem salários iguais perante aos homens e também outros direitos trabalhistas. No capítulo 14, a autora levanta algumas questões sobre o trabalho e as tarefas de casa, propondo que haja igualdade entre os homens e as mulheres nas tarefas, pois se tratando das classes dos trabalhadores, os dois tinham que trabalhar, passando longas horas fora de casa. Mas apesar disso, todo o trabalho que deveria ser feito dentro de suas casas cabia apenas às mulheres realizarem. Rose achava isso inadmissível a mulher trabalhar a mesma quantidade de horas ou até mais que o homem e quando chegava em casa iniciava o terceiro turno de trabalho. Então para haver uma harmonia nesse quesito a igualdade entre os dois nessas funções também deveria existir.

**Figura 6 – Na contracapa do livro**

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Muraro (1969)

O capítulo 18 foi o mais polêmico desse livro, onde trechos dele foram inseridos no parecer da censura. Neste capítulo a autora aborda questões sobre a reforma agrária, nacionalização das empresas estrangeiras e a citação ao governo comunista de Cuba. Entretanto em momento algum Rose deixou explícito que defendia o sistema comunista, apenas trouxe algumas informações importantes sobre a forma de governo de Fidel Castro, que se tratava de um governo que se importava mais com os oprimidos do que o sistema capitalista, e que também o governo de Fidel conseguiu romper com a exploração que sofria dos países

desenvolvidos (EUA), que era uma das propostas da autora para a salvação do Brasil.

No final das contas ela estava só apresentando as duas formas de sistema, apesar de que de forma pessoal obviamente ela tendia mais para o lado do comunismo do que ao contrário, mas ela tentou não deixar explícito no livro. A grande defesa dela nesse livro era que uma revolução social deveria ser feita e com essa transformação a mulher deveria estar no centro.

## 4.2 Os pareceres e suas justificativas

“Apesar de você Amanhã há de ser outro dia Eu pergunto a você onde vai se esconder Da enorme euforia? Como vai proibir Quando o galo insistir em cantar? Água nova brotando E a gente se amando sem parar.” (BUARQUE, 1978)

Como informado anteriormente nos atos legais que foram analisados, apenas dois livros de Rose Marie Muraro foram censurados, o primeiro "A mulher na construção do mundo futuro" e em seguida "A automação do futuro do homem" – esse não foi analisado, pois fugia do objetivo proposto no trabalho. A forma de censura que foi imposta nesse caso, é a censura repressiva, pois foi aplicada após a publicação e divulgação dos livros, como já havia sido comentado no capítulo 2.1 sobre censura pela autora Otero (2003). O seu primeiro livro foi censurado em outubro de 1972 e o processo durou cerca de 4 anos. No primeiro parecer dos censores foi que a obra continha propaganda comunista e “incitamento e de apelos à subversão”. O segundo parecer dos ministros e censuradores foi que o material não bastava de um livro que despertava a ideia de subversão. Abaixo seguem as imagens dos pareceres para melhor compreensão.

Figura 7 – Primeiro Parecer de censura em 1972

P.  
8/8/1972  
DSI/NJ (3)

**CONFIDENCIAL**

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO  
GABINETE DO MINISTRO  
CIE

RIO DE JANEIRO-GR *31 de jul* de 1972.

INFORMAÇÃO Nº *144*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA GABINETE DO MINISTRO	
N.º <i>36571</i>	DATA <i>11-10-72</i>
<b>DOCUMENTO SIGILOSO</b>	

1. ASSUNTO: ROSEMARIE MURARO

2. DESEMI: CIE

3. DIFUSÃO: SNI/AC - CENIMAR - CISA - DSI/NJ - CI/BPP - I Ex - SNI/ARJ

4. DIFUSÃO ANTERIOR: BPP/GR - DOPS/GR - S/103

5. REFERÊNCIA:

6. ANEXO: Cópia de páginas numeradas 146-150-156-157-160-161-163-164-165 e 166.

1. As páginas anexas pertencem ao livro "A MULHER NA CONSTRUÇÃO DO MUNDO FUTURO", e representa uma pequena visão do conteúdo geral do mesmo, que está repleto de propaganda comunista, de incitamento e de apelos à subversão.

2. Para que se possa aquilatar o grau de subversão contido no livro, foram assinalados alguns trechos nas páginas anexas, dos quais destacam-se:

a. na pag 161: "E com o aparecimento de FIDEL CASTRO e a revolução de CUBA, o comunismo marxista tornou-se bandeira capaz de levantar a esperança dos oprimidos".

b. na pag 163: "Comunista ou não, a revolução cubana rompeu o sítio dos capitalistas estrangeiros e locais. Deu sapatos aos camponeses, remédios aos doentes e educação a todos. Em três curtos anos acabou com o analfabetismo. Não importa que os cubanos agora só possam ler livros de propaganda ou uma imprensa controlada, mas o fato é que sabem ler, e isto nenhum regime latino-americano conseguiu, até hoje nem em trinta nem em trezentos anos."

c. na pag 164: "CASTRO mostrou ser possível romper o cerco capitalista e, por isso, bom ou mau, é uma bandeira para toda a América Latina. Depois de SIMON BOLIVAR é o homem mais co

**CONFIDENCIAL**

Fonte: Brasil (1976, documento eletrônico)

### Figura 8 – Segundo parecer da censura (1973)

(25) 24

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

CONSULTORIA JURÍDICA  
PARSCEER CJ : 124/73

BRASÍLIA, DF.  
CONFIDENCIAL.

PROCESSO MJ : 61 402/72  
S : 3 657/72

Interessado : CENTRO DE INFORMAÇÕES DO E  
XÉRCITO.

Objeto : Informação nº 1 980, referen  
te ao livro " A MULHER NA  
CONSTRUÇÃO DO MUNDO FUTURO".

---

Senhor Consultor Jurídico,

Após o atendimento pelo Departamento de  
Polícia Federal da solicitação de fls. 20, e em complementação  
ao parecer de fls. 16-19, cumpre-nos aduzir o seguinte:

Da leitura e análise dos livros " A MU  
LHER NA CONSTRUÇÃO DO MUNDO FUTURO" e "A AUTOMAÇÃO E O FUTURO -  
DO HOMEM", chegamos à conclusão de que as referidas publicações,  
de autoria de Rose Marie Muraro, não procuram outra coisa senão  
lançar no espírito do leitor a idéia de subversão da ordem no  
páís.

Fonte: Brasil (1973, documento eletrônico)

Como informado por Reimão (2019), no capítulo sobre censura, o livro de Rose virou estatística e estava na tabela (página 24) criada por Reimão (2019), entre os 16 livros submetidos à censura e entre os 2 que haviam sido de fato censurados em 1972. Em um primeiro momento a autora foi indiciada pela lei 1077/70 de censura prévia, onde era vetada qualquer obra que aflige a moral e aos bons costumes.

Acho que foi uma maneira que eles encontraram para punir, ou avisar as feministas de que elas não podiam se reunir, porque estavam tocando nos sagrados valores da família, e que estava na repressão

sexual. E quem sofreu fui eu, a mais porra-louca, a que estava sempre na mídia. Os militares não gostavam nem um pouquinho de mim. (MURARO, 1999, p.179 *apud* SORAGGI, 2021, p. 69)

Entretanto, em 1976 o diretor geral do departamento da polícia federal, Moacyr Coelho, tentou enquadrar o “crime” dentro do decreto-lei nº 898/69, no qual estabelecia (Decreto-Lei nº 898, 1969) “Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.”, ou seja, a lei de segurança nacional. E o que isso mudaria sendo que o livro já havia sido vetado? Analisando o contexto e o documento, os censores tentavam enquadrar o parecer na lei de segurança nacional, pois eles não pretendiam apenas vetar a obra de circulação e sim prender a autora e também tendo poder até para fechar a editora Vozes. Se esse parecer fosse aprovado e tivesse entrado na lei de segurança nacional a autora poderia ter sido presa. Abaixo segue a imagem do parecer onde os censores tentavam enquadrar o ato na lei de segurança nacional para uma melhor compreensão.

## Figura 9 – A lei de segurança nacional (1976)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Ofício 009/76-SIGAB Em 26 de fevereiro de 1976

Senhor Ministro

Em anexo, estou encaminhando o Proc. nº 61 402/72-MJ, que deu origem a proibição e apreensão dos livros "A MULHER NA CONSTRUÇÃO DO MUNDO FUTURO" e "A AUTOMAÇÃO E O FUTURO DO HOMEM", ambos de autoria de Rose Marie Muraro e editados pela Editora Vozes Ltda., e o Processo nº 8684/76-MJ, no qual a autora solicita a V.Ex.ª reexame do ato proibitório publicado no DD de 14/10/75, alegando "que nada no livro pode ser interpretado como atentatório à moral e aos bons costumes".

Há que se reconhecer que procedem, em parte, as alegações da impetrante, porquanto houve equívoco ao se invocar o Decreto-Lei nº 1077, de 26/01/70, quando na realidade dever-se-ia ter aplicado o Decreto-Lei nº 398/69, conforme parecer de Fls. 26, por tratar-se de obras de "cunho nitidamente subversivo", configurando crime contra a segurança nacional previsto nos arts. 45 e 54 do ref. Diploma Legal.

A Inf. de fls. 6 e 7 sintetiza o trâmite do Processo que redundou na proibição dos livros em pauta.

Aproveito o ensejo para renovar a V.Ex.ª meus protestos de estima e alta consideração.

*Mocyr Coelho*  
MOACYR COELHO  
Diretor Geral

Ilustríssimo Senhor  
Dr. ARMANDO RIBEIRO FALCÃO  
DD. Ministro de Estado da Justiça  
BRASÍLIA-DF

*P. 26.2.76*  
*R.F.*

Fonte: Brasil (1976, documento eletrônico)

Para uma melhor explicação da lei serão analisados os artigos mais importantes dessa lei que tem a ver com o caso. O crime poderia entrar dentro de dois artigos da lei, os arts. 45 e 54. Abaixo segue o que se refere a cada um desses artigos para entender no qual os censores queriam inserir o ato contra Rose.

**Art. 45:** Fazer propaganda subversiva:

I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

II - Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III - Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV - Realizando greve proibida;

V - Injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições;

VI - Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores:

**Pena:** reclusão de 1 a 3 anos. (Decreto-Lei nº 898 de 1969).

Pelo o que foi analisado do livro da autora, os censores estavam tentando utilizar dos parágrafos número I, II e III para enquadrar o que eles achavam que Rose tinha feito com a publicação do seu livro. Pois ela havia publicado um livro abertamente feminista e revolucionário, aflagando à moral e aos bons costumes, sendo assim enquadrando-se no parágrafo I. E também esse livro libertou muitas mulheres que viviam como submissas em seus lares, enquadrando-se assim no parágrafo II. E por fim, como Rose tornou-se uma mulher pública, principalmente, após a vinda de Betty ao Brasil, os seus conhecimentos e assim como os seus livros alcançaram uma grande parte da sociedade brasileira, através da Rádio, de palestras e da televisão, enquadrando-se no parágrafo III. Dessa forma, se o “crime” tivesse entrada nesta lei, somente dentro desse artigo, Rose teria pego de 1 a 3 anos de reclusão.

**Art. 54:** Nos crimes definidos nos arts. 16, e seus parágrafos, 34 e seu parágrafo único, 36 e seu parágrafo único, 39 e seus parágrafos, 45 e seu parágrafo único e 47 e seus parágrafos, o Ministro de Estado da Justiça, poderá determinar a apreensão de jornal, periódico, livro ou qualquer outros impresso, a suspensão de sua impressão, circulação, distribuição ou venda, no território brasileiro. (Decreto-Lei nº 898, 1969)

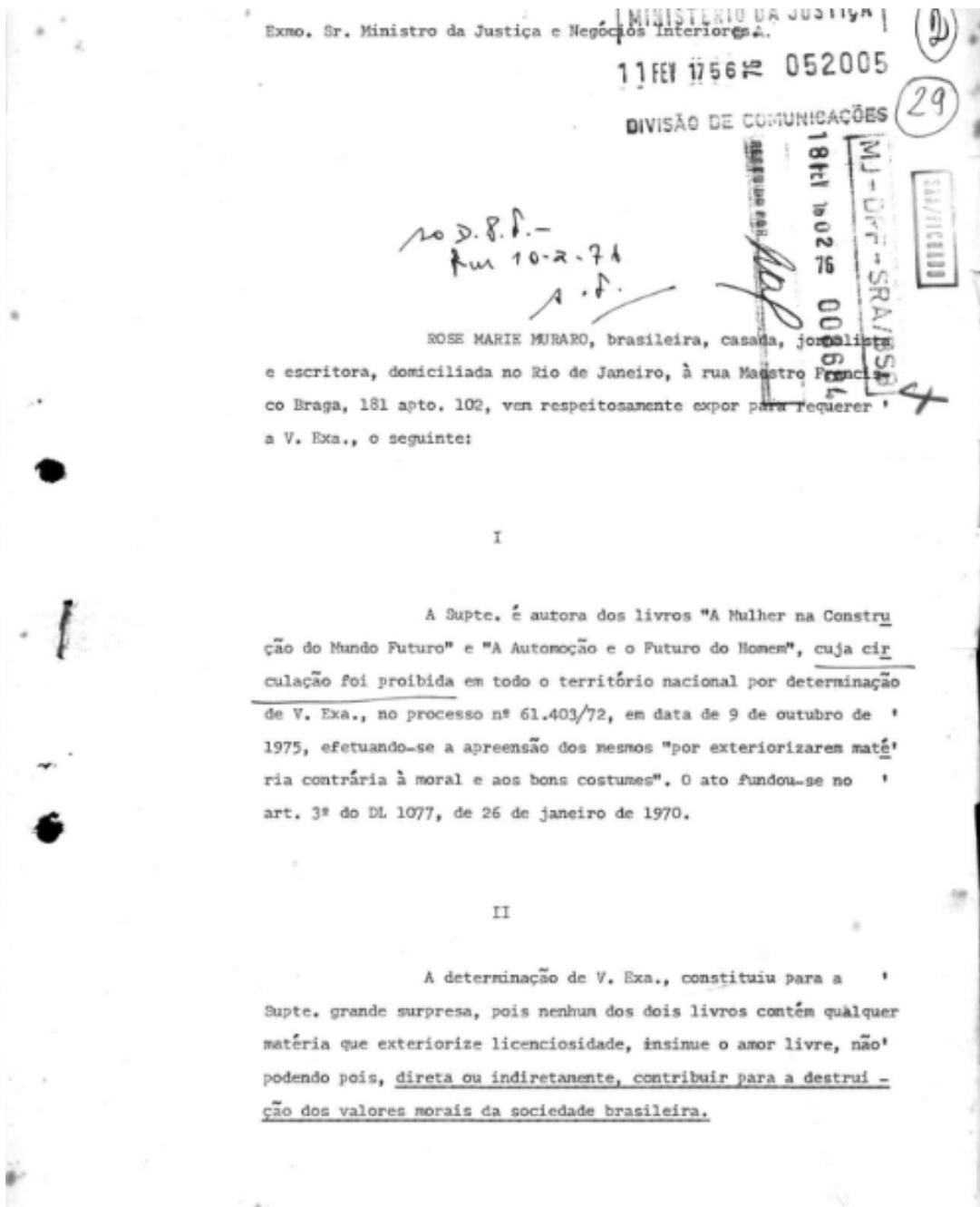
**Parágrafo único:** No caso de reincidência, praticada pelo mesmo jornal, periódico, livro ou qualquer outro impresso ou pela mesma empresa ou por periódico de empresas diferentes, mas que tenham o mesmo diretor ou responsável, ainda, o Ministro de Estado da Justiça poderá determinar ao Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas competente o cancelamento do registro respectivo. (Decreto-Lei nº 898 de 1969)

Como se já não bastasse enquadrar o ato no **artigo 45** onde Rose já iria pegar de 1 a 3 anos de reclusão, os censores queriam piorar a situação dela, enquadrando no **artigo 54** onde dentro havia outros artigos que resumindo, Rose pegaria uma pena altíssima só pelo fato de publicar um livro e por dar voz a uma população oprimida. Porém, felizmente o ato não foi aprovado e por fim o livro foi proibido dentro da lei de censura prévia.

Apenas ela tinha a coragem de falar sobre as questões relativas às mulheres em plena ditadura civil militar nos jornais e na televisão, cujas entrevistas sempre pontuavam o tema da sexualidade, os seus livros e os problemas referentes à mulher. Essas discussões assinalavam também as características do feminismo brasileiro que associava à opressão da mulher à luta de classes, diferente do feminismo norte-americano liberal baseado na busca pela libertação da sexualidade feminina na desconstrução do corpo. (SORAGGI, 2021, p 68)

Entretanto, em 1976, quando estava ocorrendo uma abertura parcial e gradual da ditadura, a autora Rose resolveu agir e lutar pelo direito de sua obra circular livremente novamente. Na carta da Figura 10, Rose explica que a obra (BRASIL, 1976, documento eletrônico), "insinua o amor livre, podendo pois, direta ou indiretamente, contribuir para a destruição dos valores morais da sociedade brasileira", como também que a obra foi publicada em 1966 sem quaisquer restrições. Mas como havia relatado Reimão (2019) no capítulo 2, os livros só começaram a serem vetados de fato após a lei de censura prévia aos livros em 1970, anteriormente após o AI-5, os mais visados de sofrerem censura foram a imprensa, principalmente, os jornais e rádios. Por esse motivo, o livro não foi vetado imediatamente. Mas apesar de Rose mandar a carta e explicar sobre o propósito do livro, apenas no final de 1976 a obra foi novamente liberada para circulação, pois foi provado que não se tratava de propaganda comunista ou que ferisse a moral e aos bons costumes. Abaixo segue a imagem do relato de Rose para melhor compreensão.

Figura 10 – O pedido de Rose



## III

A obra "A Mulher na Construção do Mundo Futuro" acha-se em 3ª edição, tendo sido lançada em maio de 1966, sem quaisquer restrições.

Colocando-se sob a égide do Papa João XXIII que, em sua encíclica Pacem in Terris coloca o problema da mulher como um dos mais importantes do século XX, o livro reivindica para a mulher os direitos e deveres consentâneos com a sua dignidade de pessoa, na vida familiar e na vida social. Em passagem alguma se alude à dissolução da família: ao contrário, existe um capítulo em que se procura redimensionar a família em bases mais sólidas e profundas. Não existe qualquer passagem que possa ser interpretada como exacerbação do instinto sexual, matéria de que o livro não cogita.

Fonte: Brasil (1976, documento eletrônico)

Entretanto foram 4 anos de proibição, 4 anos que um livro tão importante para as mulheres brasileiras não podia circular livremente pelas livrarias, bibliotecas e escolas. 4 anos que Rose sofreu calada sem poder fazer nada por medo de ser presa por contestar. No final das contas esse processo poderia ter acabado pior, com a prisão de Rose, mas eles não conseguiram ir tão longe com esse ato cruel. Pois já foi visto no capítulo sobre feminismo no qual a autora Teles (1999) relata o que acontecia quando uma mulher ia presa no regime militar, as diversas torturas, abuso e estupros que elas sofriam e possivelmente seria isto que iria acontecer com Rose, mas dessa vez eles não conseguiram e uma mulher foi poupada.

## **5 Para que não se esqueça; Para que nunca mais aconteça**

O presente estudo realizado teve o objetivo de trazer a relevância do tema sobre censura para a biblioteconomia e como é essencial para os profissionais bibliotecários terem o conhecimento de como a censura foi prejudicial para a disseminação da informação na sociedade daquela época. Importante afirmar que apesar de haver diversos mecanismos possíveis para se promover a censura, por exemplo, quando tentaram enquadrar os livros de Rose na lei de segurança nacional (mais rígida) e como não conseguiram, enquadraram na lei de censura prévia (mais branda). Foi possível identificar nos resultados obtidos que um livro não poderia sequer mencionar sobre o sistema comunista, porque era considerado imoral ou estava fazendo propaganda comunista. Acredita-se que os censores não analisavam o contexto do livro antes de vetarem de fato. Todo o escritor que tinha a coragem de abrir o pensamento da população sobre determinado assunto através de um livro foi considerado subversivo. Para o estado era melhor que o povo continuasse aliado, principalmente, as mulheres. Porque quando a mulher descobre que o papel dela não é de submissa, ela se transforma e luta para acabar com esses preceitos. E os livros da autora Rose Muraro proporcionaram essa pesquisa pelo fato de serem essenciais para a literatura feminista daquela época. Do mesmo modo, como a própria autora foi muito importante no papel da mulher durante o regime militar, sempre lutando através de suas obras para a liberdade e democracia do país.

O problema de pesquisa deste trabalho foi resolvido com sucesso. Conseguimos identificar como ocorreu a censura das obras de Rose Marie Muraro que estavam relacionadas com a temática do feminismo, que no total foram 2 livros e assim contemplando o objetivo A. Como também foi realizado o estudo das justificativas dos censores, a partir dos pareceres de veto selecionados e analisados e assim foi possível compreender o porquê as obras acabavam recebendo o veto de publicação contemplando os objetivos gerais. O objetivo B foi contemplado por meio da identificação dos atos legais que promovam a censura e também com a localização da documentação relacionada à autora. Por fim, para o objetivo C foi levantado uma breve introdução de como foi o surgimento do movimento feminista no Brasil e o papel das mulheres durante o regime militar.

Há estudos que discutem sobre como as bibliotecas brasileiras sofreram com a censura aos meios de informação dos períodos ditatoriais – Governo Vargas e regime militar – principalmente, as bibliotecas universitárias, pois era no espaço da universidade onde havia mais militantes. Há relatos de que os censores faziam visitas semanalmente às bibliotecas universitárias e qualquer livro que achavam suspeitos já confiscavam, até mesmo livros de capa vermelha, independente do seu conteúdo, eram vetados de circulação. É necessário também compreender como foi o posicionamento do profissional bibliotecário diante da censura, ele se posicionou contra? Foi militante também e lutou pelo acesso livre à informação? Ou apenas aceitou seu destino perante a situação de terror que viviam as pessoas?. Há relatos que a maioria dos bibliotecários ficaram em silêncio diante da censura em seus locais de trabalho e muitos deles também eram alienados, não sabiam o que de fato estava ocorrendo no país. É possível pensarmos nos dias atuais após o governo genocida de Bolsonaro e como ainda tem muitas pessoas alienadas com a situação do Brasil. Mas em contrapartida, há relatos também que alguns bibliotecários lutavam de uma forma diferente, a favor da livre circulação da informação, omitindo obras “subversivas” e também livrando alguns leitores da repressão policial. (CHAFFE, 2009). Contudo, é necessário para um bom funcionamento da profissão de bibliotecário, em qualquer meio onde ele for trabalhar, independente, se for biblioteca ou não, ter um posicionamento forte contra a censura e ser sempre a favor da liberdade, do acesso à informação e da democratização da leitura para toda a sociedade.

Contudo, com esse estudo conseguimos ver como a história é cíclica, nunca podemos achar que uma coisa, um regime, um pensamento que ocorreu em um tempo distante não pode voltar a ocorrer na atualidade, pois como já foi possível perceber com o governo atual, as coisas podem voltar a ocorrer de forma diferente mas com a mesma finalidade. O Brasil está longe de ser um país totalmente democrático, sem preconceitos e com total liberdade de expressão. Mas cabe às gerações atuais e futuras mudar esses preceitos, ocupando os cargos do governo e retirando os filhos da ditadura do poder, para assim acabar com o conservadorismo. Há esperanças para um Brasil melhor, e nós futuros bibliotecários devemos contribuir para isso.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A. **História moderna e contemporânea**. 27ª ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1995.

BELINASSO, Juana. **Escrever é subversivo: Censura a livros eróticos e pornográficos na Ditadura Civil-Militar Brasileira**. 2020. 91 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado) — Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BRASIL. **Atos Institucionais, de 9 de abril de 1964**. Normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante o regime militar. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Esses atos não estão mais em vigor. 1964. Disponível em: <[BRASIL. \*\*Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969\*\*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 1969. Disponível em: <\[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm\)>. Acesso em: 20 ago. 2022.](http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais#:~:text=Normas%20elaboradas%20no%20per%C3%ADodo%20de,n%C3%A3o%20est%C3%A3o%20mais%20em%20vigor.></a>. Acesso em: 16 set. 2022.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Decreto-lei nº1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. 1970a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm)>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Departamento de Polícia Federal. **Ofício nº 0009/76-SIGAB**. Brasília, DF: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Sistema de Informação do Gabinete, 26 fev. 1976. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_TT/0/MCP/PRO/0281/BR\\_RJANRIO\\_TT\\_0\\_MCP\\_PRO\\_0281\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_TT/0/MCP/PRO/0281/BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_0281_d0001de0001.pdf) . Acesso em: 14 set. 2022.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CHAFFE, Bruna Abatti. **A ditadura militar no Brasil e o controle da informação: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS**. 2009. 62 f. Trabalho de conclusão do curso (bacharelado) — Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.

Sorocaba e Jundiaí. Após comissão apontar 'conteúdo inadequado' em livros infantis, prefeitura troca exemplares por 'O Pequeno Príncipe'. **G1**, São Paulo, 09 out. 2021. Disponível em: <[Após comissão apontar 'conteúdo inadequado' em livros infantis, prefeitura troca exemplares por 'O Pequeno Príncipe' | Sorocaba e Jundiaí | G1 \(globo.com\)](#)>. Acesso em: 13 ago. 2022.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; MIX, Miguel Rojas; WASSERMAN, Claudia [et al.]. **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: companhia das letras, 1995.

Incontáveis. Episódio 3: Mulheres na ditadura. **Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ**, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sAY9dAfGJ7A>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na era Vargas e regime militar: uma reflexão**. 2010. 230 f. Tese (doutorado) — Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIMA, Kelly Pereira de. **Onde estão os livros censurados? ainda os efeitos de 64 nas coleções de biblioteca**. 2016. 203 f. Dissertação (mestrado) — Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2016.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960**. 2008. 301 f. Tese

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Intelectuais feministas no Brasil dos anos 1960: Carmen da Silva, Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro**. Jundiaí, Sp: Paco, 2017

MURARO, Rose Marie. **A mulher na construção do mundo futuro**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes Ltda, 1969.

MURARO, Rose Marie. **Libertação sexual da mulher**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes Ltda, 1971.

NUNES, Nathally. **DITADURA E SILENCIAMENTO: A CENSURA E O APAGAMENTO LITERÁRIO DE ESCRITORAS DURANTE O REGIME MILITAR**. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro: CiFEFiL, a. 25, n° 75., set./dez. 2019.

Oito livros que sofreram tentativa de censura recentemente no Brasil. **Biblioo cultura informacional 10 anos**, 13 set., 2019. Disponível em: <[Oito livros que sofreram tentativa de censura recentemente no Brasil – Biblioo](#)>. Acesso em: 13 ago. 2022.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de livros durante a ditadura militar 1964-1978**. 2003. 306 f. Tese (doutorado) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PINTO, Celi Regina Jardim. **A história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, fapesp, 2019.

RIBEIRO, Ana Elisa; PEREIRA, Maria do Rosário A.; MOREIRA, Renata. **Prezada Editora,:** mulheres no mercado editorial brasileiro. Belo Horizonte, MG: Contafios Moinhos, 2021.

SANTIN, Andria Caroline Angelo. **Perspectivas feministas, interseccionalidades e o encarceramento de mulheres no Brasil (2006-2018)**. 2019. 189 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SORAGGI, Kamilla Moraes. **O NASCIMENTO E ASCENSÃO DE UMA “BRUXA”:** O FEMINISMO DE ROSE MARIE MURARO (197080). 2021. 349 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. - - (coleção tudo é história, 145)